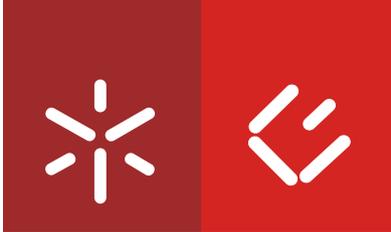


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Ana Isabel Ferreira Fernandes

As Cantinas Sociais das Santas Casas da Misericórdia no âmbito do Programa de Emergência Alimentar – o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Ana Isabel Ferreira Fernandes

**As Cantinas Sociais das Santas Casas da
Misericórdia no âmbito do Programa de
Emergência Alimentar – o estudo de caso
da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde**

Relatório de Estágio
Mestrado em Economia Social

Trabalho realizado sob a orientação da
**Professora Doutora Maria Cristina Guimarães de
Almeida Moreira**

DECLARAÇÃO

Nome: Ana Isabel Ferreira Fernandes

Endereço eletrónico: anaisabelferreiraa@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 13764607

Título Relatório de Estágio: As Cantinas Sociais das Santas Casas da Misericórdia no âmbito do Programa de Emergência Alimentar – o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde

Orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Guimarães de Almeida Moreira

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia Social

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTES RELATÓRIOS APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Qualquer realização humana, mesmo que individual, é sempre resultado de um conjunto diversificado de contextos, instituições e, especialmente pessoas. Desta forma, gostaria de expressar o meu sincero agradecimento a todos os que mediante o seu empenho, colaboração e incentivo, ao longo do meu Mestrado em Economia Social me ajudaram, directa ou indirectamente, a cumprir os meus objectivos e a realizar mais esta etapa da minha formação, permitindo que fosse possível a realização do presente trabalho.

Ao Director do Mestrado em Economia Social, Professor Doutor Paulo Reis Mourão, agradeço a oportunidade e o privilégio que tive em frequentar este Mestrado que muito contribuiu para o enriquecimento da minha formação académica e científica, assim como toda a disponibilidade, partilha e incentivo ao longo deste percurso.

À Professora Doutora Maria Cristina Moreira agradeço a orientação deste relatório de estágio e a confiança que depositou na sua concretização. O seu vasto saber, o espírito crítico, exigência, rigor e as valiosas contribuições, foram decisivos para a concretização desta investigação e para o meu desenvolvimento pessoal. O apoio e amizade que sempre demonstrou fizeram a diferença. São as relações interpessoais que possibilitam e fortalecem o crescimento dos projectos!

A todos os professores que tive o privilégio de conhecer ao longo destes semestres também gostaria de deixar o meu agradecimento, os seus ensinamentos e partilhas dentro e fora da sala de aula foram preciosos para a elaboração deste trabalho e para a minha vida pessoal e profissional. Aos meus colegas do MES agradeço também pelo companheirismo e entajuda ao longo do nosso percurso académico.

Agradeço à Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, em especial ao Sr. Provedor Bento Morais, pelo incansável apoio e incentivo ao longo deste percurso académico e profissional, assim como aos meus colegas de trabalho.

Às Santas Casas da Misericórdia, que foram prestimosas e pacientes em participar no preenchimento dos inquéritos, o meu muito obrigada pela disponibilidade demonstrada desde o início e por terem tornado possível a concretização desta investigação.

À Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, na pessoa do Dr. João Dias (Presidente - Adjunto), o meu profundo agradecimento pela amabilidade com que me receberam e por toda a colaboração ao longo deste estudo.

Aos meus amigos, em especial ao Luís e à Margarida, obrigada por todo o carinho e amizade, e pelas inúmeras trocas de impressões, correcções e comentários ao trabalho.

Por fim, tendo consciência que sozinha nada disto teria sido possível, dirijo um agradecimento especial aos meus pais e ao meu irmão. Obrigada pelo apoio incondicional, incentivo, amizade, amor e paciência demonstrados ao longo deste percurso, acima de tudo, obrigada por acreditarem sempre em mim, naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida que me transmitem diariamente. São os meus pilares!

“As Cantinas Sociais das Santas Casas da Misericórdia no âmbito do Programa de Emergência Alimentar – o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde”

RESUMO

As cantinas sociais portuguesas constituem uma resposta social ao combate à pobreza extrema e à exclusão em Portugal. A Rede Solidária de Cantinas Sociais, criada no âmbito do Programa de Emergência em 2012, permite assegurar às pessoas e/ou famílias mais necessitadas o acesso a refeições diárias gratuitas, cujo número, dada a sua duração anual e natureza transitória, é definido de acordo com as características específicas do equipamento social que o vai operacionalizar.

Neste contexto, o estágio na Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, com a durabilidade de quatro meses, visou determinar a importância da intervenção das Santas Casas da Misericórdia no Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais em Portugal nos anos 2012 e 2013.

Em termos metodológicos o presente relatório assentou na aplicação de um inquérito por questionário a 36 instituições da rede. Os resultados obtidos evidenciam a área urbana como detentora de maior número de cantinas sociais, sendo a confeção das refeições realizada nas próprias instituições. Simultaneamente verificou-se que a quase totalidade das refeições é consumida no domicílio dos utentes. De notar que de 2012 a 2013 se verificou um acréscimo de 21,6% no número de refeições/ dia disponibilizadas por cantina social

O Programa de Emergência Alimentar é uma estratégia dinamizadora de apoio às cantinas sociais das Santas Casas da Misericórdia no combate à pobreza extrema e à exclusão social nos distritos de Braga, Bragança, Porto, Vila Real e Viana do Castelo. O facto associa-se ao envolvimento ativo na sinalização dos utentes por parte da quase totalidade das instituições intervenientes, o que atesta a relevância do programa em questão.

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão Social, Cantinas Sociais, Programa de Emergência Alimentar, Santas Casas da Misericórdia

“Social Canteens of the Santas Casas da Misericórdia under the Emergency Food Program - the case study of Santa Casa da Misericórdia of Vila Verde”

ABSTRACT

The Portuguese social canteens are a social response to the fight against extreme poverty and exclusion in Portugal. The Solidarity Network of Social Canteens, created under the Emergency Programme in 2012, allows persons and / or neediest families access to free daily meals, whose number, given its annual term and transient nature, is defined according with the specific characteristics of the social equipment that will operate it.

In this context, the internship at the Santa Casa da Misericórdia of Vila Verde, with the durability of four months, aimed at determining the importance of the intervention of the Santa Casa de Misericórdia in the Emergency Food Program, and was included in the Partnership of Social Canteen Network in Portugal in 2012 and 2013.

Methodologically this report was based on the application of a questionnaire to 36 institutions in the network. The results show the urban area as having more social canteens, and the confection of meals held in the institutions. At the same time it was found that almost all meals are consumed in the homes of users and that from 2012 to 2013 there was a 21,6% increase in the number of meals per day provided by social canteens.

The Emergency Food Program is a proactive strategy to support social canteens of Santas Casas da Misericórdia in fighting extreme poverty and social exclusion in the districts of Braga, Bragança, Porto, Vila Real and Viana do Castelo. The fact is associated with the active involvement in signaling users by almost all the institutions involved, which attests to the relevance of the program in question.

Keywords: Poverty, Social Exclusion, Social Canteens, Emergency Food Program, Santas Casas da Misericórdia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA.....	19
1.1. Nota introdutória	19
1.2. Desigualdades Sociais	20
1.3. Pobreza e Exclusão Social	27
1.3.1. A Pobreza	27
1.3.2. Da Pobreza à Exclusão Social	30
1.3.3. Fatores de Exclusão Social	31
1.4. Cantinas Sociais.....	33
1.4.1. Cantinas Sociais – definição.....	34
1.4.2. O Programa de Emergência Alimentar.....	35
1.4.2.1. Caracterização do Programa de Emergência Alimentar.....	36
CAPÍTULO II - ESTUDO DE CASO SCM DE VILA VERDE	39
2.1. Santas Casas da Misericórdia - contexto da sua fundação	39
2.1.1. Legislação.....	40
2.2. Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde - Resenha histórica	42
2.3. Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde – Caracterização	43
2.4. Cantina Social como resposta social na SCMVV	46
2.4.1. Cantina Social.....	46
2.4.2. Parcerias desenvolvidas	47
2.4.3. Utentes do serviço da cantina social.....	48
2.4.4. Serviços de refeições prestados pela cantina social.....	49
CAPÍTULO III - PLANO METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO	51
3.1. Relevância / Justificação do Estudo	52
3.2. Questão Orientadora / Objetivos da Investigação / Formulação das hipóteses de investigação	53
3.3. Metodologia da Investigação.....	55
3.3.1. Método.....	55
3.3.2. Técnicas para a Recolha de Informação	56

3.3.2.1. Metodologia de elaboração do inquérito	59
3.3.2.2. Aplicabilidade do inquérito	60
3.3.3. Identificação das Técnicas de Análise da Informação.....	60
CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	63
4. Apresentação/ Análise dos Resultados do inquérito por questionário	63
4.1. Amostra	64
4.2. Condições de funcionamento das cantinas sociais	65
4.2.1. Implantação das cantinas sociais	65
4.2.2. Refeições	66
4.2.2.1. Confeção das refeições	66
4.2.2.2. Consumo das refeições	67
4.2.2.3. Número de refeições contratualizadas	68
4.2.2.4. Número de refeições contratualizadas face à procura	70
4.2.2.5. Condições de acesso dos beneficiários, conforme previsto na Cláusula IX do Protocolo celebrado com os serviços da Segurança Social	72
4.3. Relacionamento com os serviços da Segurança Social	73
4.3.1. Na sinalização dos utentes.....	73
4.3.2. Pagamento das refeições.....	74
4.3.2.1. Exigências da resposta social	74
4.3.2.2. Regularização do pagamento das refeições	75
4.4. Avaliação da perceção à resposta social.....	76
4.5. Sugestões de melhoria para o futuro	78
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
5.1. Conclusões.....	81
5.2. Condicionais e Perspectivas de Continuidade	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXOS	97
ANEXO I – Cláusulas presentes no Protocolo de Colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar	99

ANEXO II - Organograma da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde	107
ANEXO III - Inquérito aplicado às Santas Casas da Misericórdia	109
ANEXO IV – Autorização por parte da CNIS para a aplicação do modelo do inquérito por questionário	111
ANEXO V – Exemplar de carta enviada às Santas Casas da Misericórdia	113
ANEXO VI – Número de Santas Casas da Misericórdia dos distritos que participaram no estudo com cantina social	115
ANEXO VII - Listagem das Santas Casas da Misericórdia inquiridas	117
ANEXO VIII – Número de população residente por distrito	119
ANEXO IX - Evolução do número de refeições	121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Parcerias da Cantina Social da SCMVV	48
Tabela 2 – Objetivo geral e objetivos específicos da investigação	54
Tabela 3 – Vantagens e desvantagens do uso do inquérito	58
Tabela 4 – Lista de espera nas cantinas sociais por percentagem afirmativa, negativa e sem resposta (2012/2013).....	72
Tabela 5 – Sugestões de melhoria para o futuro.....	78

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Subdomínios que contribuem para o risco de Pobreza ou Exclusão Social ...	22
Figura 2 – Mapa de Portugal por distritos e regiões autónomas (2015).....	64

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini nos países da UE-27 (2009)	23
Gráfico 2 – População em risco de Pobreza ou Exclusão Social em Portugal (%).....	24
Gráfico 3 – Número de refeições total por mês na SCMVV – 2012/2013.....	50
Gráfico 4 – Distribuição geográfica das Santas Casas da Misericórdia inquiridas por distrito – 2012/2013 (%).....	65
Gráfico 5 – Distribuição geográfica de cantinas por área urbana e rural – 2012/2013 (%)	66
Gráfico 6 – Local de elaboração das refeições servidas pela cantina social – 2012/2013 (%)	67
Gráfico 7– Local de consumo das refeições – 2012/2013 (%).....	68
Gráfico 8 – Distribuição geográfica do número de refeições contratualizadas por distrito (2012/2013)	69
Gráfico 9 – Adequação do número de refeições face à procura (2012/2013)	71
Gráfico 10 – Instituições com Protocolo que engloba todas as situações que necessitam de apoio alimentar – 2012/2013 (%)	73
Gráfico 11 – Santas Casas da Misericórdia que participam na análise da situação sócio familiar dos beneficiários da cantina social – 2012/2013 (%).....	74
Gráfico 12 – Pagamento das refeições com exigências similares às outras respostas sociais – 2012/2013 (%)	75
Gráfico 13 – Santas Casas da Misericórdia nas quais o PEA cumpriu o pagamento atempado das refeições – 2012/2013 (%).....	76
Gráfico 14 – Número de população residente por distrito, em relação aos concelhos abrangidos pelas SCM.....	119
Gráfico 15 – Evolução do número de refeições no distrito de Braga (2012/2013).....	121
Gráfico 16 – Evolução do número de refeições no distrito de Bragança (2012/2013) .	121
Gráfico 17 – Evolução do número de refeições no distrito do Porto (2012/2013).....	122
Gráfico 18 – Evolução do número de refeições no distrito de Viana do Castelo (2012/2013)	122
Gráfico 19 – Evolução do número de refeições no distrito de Vila Real (2012/2013)	123

LISTA DE ABREVIATURAS

ATAHC - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

EPATV - Escola Profissional Amar Terra Verde

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISS - Instituto da Segurança Social

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA - Programa de Emergência Alimentar

PES - Programa de Emergência Social

SCM – Santa(s) Casa(s) da Misericórdia

SCMVV - Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde

UE – União Europeia

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio surge no âmbito do Mestrado em Economia Social, sob a orientação da Professora Doutora Maria Cristina Moreira, abordando como tema “As Cantinas Sociais das Santas Casas da Misericórdia no âmbito do Programa de Emergência Alimentar – o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde”.

A multiplicidade de riscos sociais como a pobreza, exclusão social, doença, a degradação do mundo do trabalho são hoje realidades presentes em todas as sociedades. Perante o aumento exponente de todos estes fenómenos, resultado de todas as transformações que têm surgido na sociedade, são inúmeros os desafios que se colocam à mesma e os quais teimam em permanecer e aumentar. Verifica-se, assim, que as respostas existentes não são suficientemente eficazes para solucionar ou amenizar a crescente pobreza no mundo.

A Cantina Social surge como resposta a uma necessidade crescente que decorre da atual conjuntura socioeconómica. Era imperioso minorar o impacto da crise económico-financeira em curso. Assim, e tendo em vista a maximização dos recursos já existentes, foi criado um Programa de Emergência Alimentar, que consiste no fornecimento gratuito de refeições completas (pão, sopa, prato e fruta), cinco ou sete dias por semana (dependendo o número de dias do modelo de funcionamento da resposta social que lhe dá suporte), para consumo no domicílio.

Partindo do objecto de estudo que é a SCMVV, enquadrado num estágio de quatro meses, mostrou-se preeminente alargar a amostra aos cinco distritos que, de forma global, enquadram a região norte: Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. Delimitou-se a margem temporal ao ano de 2012 a 2013 em Portugal. Orientou-nos não uma tentativa de traçar o papel do utente, mas sim a de avaliar a importância do contributo das Cantinas Sociais, salvaguardando a metodologia da CNIS, adaptando-a geograficamente e institucionalmente à amostra que entendemos relevante. Pretendemos ampliar o estudo, redimensionando-o, mas sempre devidamente enquadrado na dimensão deste relatório e da sua questão de partida – Qual o contributo das Santas Casas da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar?

De seguida passaremos a apresentar a estrutura do presente relatório de estágio, o qual se encontra estruturado em cinco capítulos e respectivos anexos.

O primeiro capítulo é constituído pela revisão da literatura, onde se analisam os contributos teóricos e as teorias explicativas acerca do problema. Procurando responder à questão orientadora, considerámos importante esclarecer alguns conceitos que conduzem a investigação tendo em vista a obtenção de respostas. Numa primeira fase começamos por retratar o conceito de Desigualdades Sociais, analisando o panorama na União Europeia e nos países da OCDE, passando para um contexto mais particular da realidade a nível nacional. De seguida clarificamos os conceitos Pobreza e Exclusão Social, inicialmente fazendo uma abordagem à definição de Pobreza, seguindo-se de uma associação à relação da Pobreza e Exclusão Social, referenciando alguns factores de Exclusão Social. O último ponto da revisão da literatura focaliza-se no objecto de estudo da nossa investigação - Cantinas Sociais e Programa de Emergência Alimentar, especificando a sua caracterização.

No segundo capítulo apresentamos o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde. Em primeiro lugar, esta secção faz uma breve descrição às Santas Casas da Misericórdia, retratando o seu contexto de fundação e legislação. Reconhecemos importância ao estudo de proximidade e ao contato com a realidade factual como complemento da análise teórica dos dados das restantes SCM, como tal decidimos analisar o caso concreto da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, onde apresentamos a estrutura da instituição, e abordamos concretamente a Cantina Social como resposta social.

O terceiro capítulo é composto pelo plano metodológico de investigação. Inicialmente apresenta-se a justificação do estudo, a questão orientadora, os objetivos e a formulação de hipóteses de investigação. De seguida define-se a metodologia da investigação: o método e técnicas para a recolha e análise da informação.

No quarto capítulo pretendemos apresentar e interpretar os dados obtidos decorrentes da nossa investigação. Por fim, o capítulo cinco é constituído pelas conclusões finais (conclusão, condicionalismos e perspectivas de continuidade), seguindo-se das referências bibliográficas e os respetivos anexos.

CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA

Ao iniciarmos este trabalho científico, assumimos como imperativo a necessidade da consulta bibliográfica, para contextualizar o tema sobre o qual nos propusemos refletir. A fundamentação teórica constitui a base da orientação de qualquer trabalho de investigação, estando relacionada com a temática que se pretende estudar. Assim, “(...) as leituras preparatórias servem, antes de mais, para obter informações sobre o tema do trabalho e para situar em relação a elas a nova contribuição que se pretende fazer. Graças às literaturas, o investigador pode abordar o seu objeto de investigação (...)” (Quivy & Campenhout, 1992:85).

1.1. Nota introdutória

Atualmente, na Europa, o atual contexto de crise económica e financeira tem conduzido a alguns desenvolvimentos políticos particularmente relevantes que põem em causa as condições de vida das populações, especialmente das que se encontram em situações de maior vulnerabilidade económica. Alguns países, pressionados pelos seus elevados níveis de dívida externa e pelos respetivos credores, têm vindo a implementar um conjunto de políticas de austeridade que comprometem a efetividade do Estado Social no suprimento das necessidades de certos grupos populacionais e dos direitos adquiridos pelos cidadãos, nomeadamente o direito à alimentação (Teixeira et al, 2012:5).

No decorrer dos séculos, e de uma forma destemida, a globalização veio para ficar e transformou-se numa mudança das circunstâncias em que vivemos, convertendo-se num fenómeno social, político, tecnológico, cultural e económico. Tal como refere Giddens, (2002:20),”apareceu não se sabe de onde, para chegar a quase todos os sítios”.

Neste sentido, a multiplicidade de riscos sociais como a pobreza, a exclusão social, a doença, e a degradação do mundo do trabalho são hoje realidades presentes em todas as sociedades. Perante o aumento exponencial de todos estes fenómenos, resultado de todas as transformações que têm surgido na sociedade, são inúmeros os desafios que se colocam à mesma, os quais teimam em permanecer e aumentar verificando-se, assim, que as respostas existentes não são suficientemente eficazes para solucionar ou amenizar a crescente pobreza.

Assim, e procurando responder à questão orientadora – “Qual o contributo das Santas Casas da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar?” - considerámos importante esclarecer alguns conceitos que conduzam a investigação tendo em vista a obtenção de respostas, sendo eles: Desigualdades Sociais, Pobreza, Exclusão Social, Cantinas Sociais e Programa de Emergência Alimentar.

1.2. Desigualdades Sociais

Ao longo da década de 60 ocorreram tentativas mais sistemáticas de organização e acompanhamento das transformações sociais, assim como de avaliação do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas (Soligo, 2012:14). Nesse contexto, começaram a aumentar as evidências da disparidade entre crescimento económico e melhoria das condições sociais da população, principalmente em países subdesenvolvidos. Segundo Carley (1985, cit in Soligo, 2012:15), uma dessas evidências é o comportamento do indicador Produto Interno Bruto (PIB), numa forma de repartição, verificando-se que apesar do seu aumento significativo em alguns países, o crescimento económico não gerava necessariamente desenvolvimento social (diminuição de níveis de pobreza e desigualdades sociais).

Uma desigualdade social é o resultado de uma distribuição desigual, no sentido matemático da expressão, entre os membros de uma sociedade e os recursos desta. Distribuição desigual que se deve às estruturas dessa coletividade e que faz nascer um sentimento, legítimo ou não, de injustiça entre os seus membros (Pfefferkom et al., 2008:8). As desigualdades sociais têm uma natureza sistémica, isto é, geram-se e reproduzem-se relacionalmente num espaço social que determina, de forma intensa, o modo assimétrico como os recursos disponíveis se distribuem pelos indivíduos, de acordo com o seu lugar de classe (Pfefferkom e tal., 2008:46).

Visando-se incidir no conhecimento das desigualdades sociais, pobreza e exclusão social, teve-se em conta, de acordo com a OECD (2014), um conjunto de subdimensões: desigualdade de rendimentos; pobreza; pobreza infantil; gastos sociais; gastos em cuidados de saúde; saúde infantil; esperança de vida; idade da reforma; cuidados com a infância; emprego; desemprego; e, criminalidade.

Na mesma linha, o Eurostat¹ (EU, 2014) coloca a tónica na “pobreza e exclusão”, “desigualdades” e “protecção social”. Estas quatro dimensões podem contribuir para limitar as oportunidades que permitam ao ser humano atingir o seu pleno potencial, afetando a sua saúde e bem-estar e diminuindo os resultados educacionais. Sem sistemas eficazes de educação, saúde, segurança social e emprego, o risco de pobreza poderá ser transmitido geracionalmente. Tal facto contribui para que a pobreza persista, gerando mais desigualdade, levando deste modo à perda a longo prazo da produtividade económica de grupos inteiros da sociedade, dificultando o crescimento económico inclusivo e sustentável (idem).

De acordo com os dados do Eurostat (EU, 2014), o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na UE-27 tinha vindo a diminuir de forma constante antes da crise económica. Atingiu o seu nível mais baixo em 2009, com cerca de 114 milhões de pessoas em situação de risco, no entanto, esse número voltou a crescer nos anos seguintes, atingindo o seu pico em 2012, com cerca de 123 milhões de pessoas em risco, antes de voltar a diminuir ligeiramente em 2013. Para a UE-28, o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social seguiu uma tendência semelhante, embora apresentando um nível mais elevado, devido à inclusão da Croácia.

A situação económica atual representa um grande desafio para os formuladores de políticas que tentam combater a pobreza e garantir a inclusão social. A ênfase deve mudar a partir de medidas de curto prazo para reformas estruturais, estimular o crescimento económico, promover altos níveis de emprego (o combate à pobreza no trabalho), garantir uma protecção social adequada e acesso a serviços de qualidade (como a saúde, creches e habitação). As políticas sociais por si só não podem cumprir a meta de pobreza definida pela Europa 2020, este objectivo deve ser apoiado por outras políticas públicas nos domínios económico, laboral, fiscal e de educação (idem).

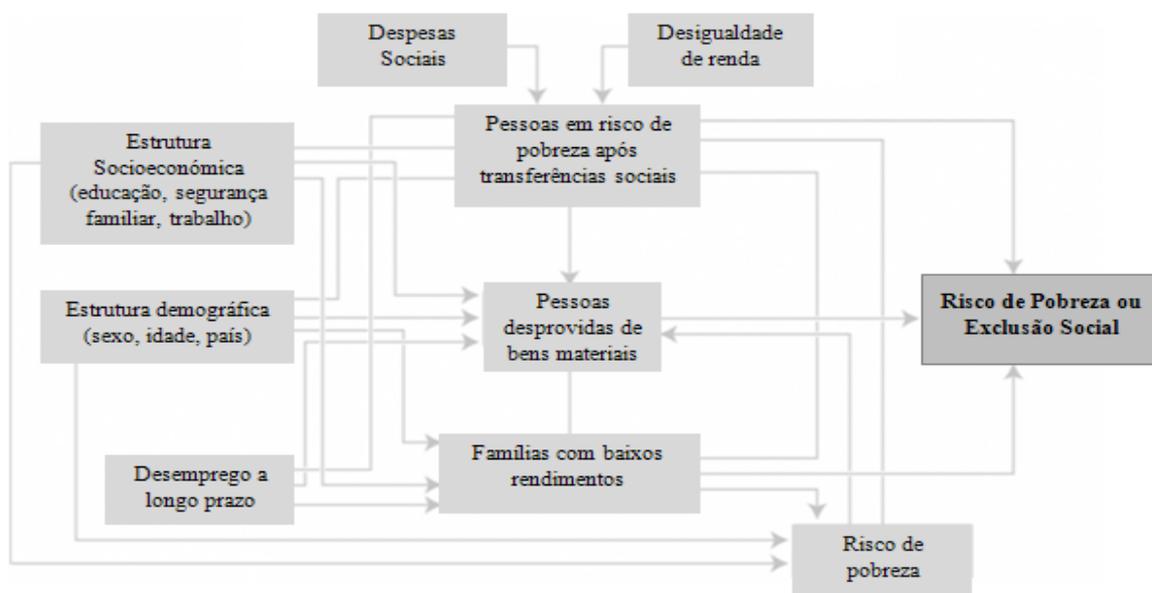
O estudo do Eurostat (EU, 2014), apresenta a pobreza monetária como a forma mais difundida de pobreza, tendo o número de pessoas em risco de pobreza após transferências sociais, no ano de 2013, registado os 83,5 milhões (16,7% do total da população da UE-28). A pobreza monetária é um dos principais desafios para alcançar o

¹ http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Europe_2020_indicators_-_poverty_and_social_exclusion – acedido em abril de 2015

objectivo da Estratégia Europa 2020. A proporção de pessoas em risco de pobreza monetária está intimamente ligada à desigualdade de renda, sendo necessário que a ação seja tomada nas áreas da proteção social e melhorar a eficiência e eficácia do apoio ao rendimento. A análise mostra ainda que os grupos que se destacam como mais vulneráveis são as crianças, jovens, famílias monoparentais, famílias com três ou mais filhos a cargo e pessoas com baixo nível de habilitações (idem).

Considerando igualmente o Eurostat (EU, 2014) que, em termos sócio económicos, enfatiza os seguintes subdomínios (Figura 1):

Figura 1 – Subdomínios que contribuem para o risco de Pobreza ou Exclusão Social



Fonte: Adaptação própria com base nos dados do Eurostat (EU, 2014)²

Os subdomínios avançados estão, por seu turno, associados a um conjunto de domínios. O desenvolvimento dos subdomínios de desigualdade financeira e pobreza relativa, dentro dos quais os ganhos são o componente mais importante, é afetado por diferenças entre países nas definições nacionais e nas técnicas de medição (Förster, 2000 & Oxley *et al.*, 2000, cit in OECD, 2002:11)³.

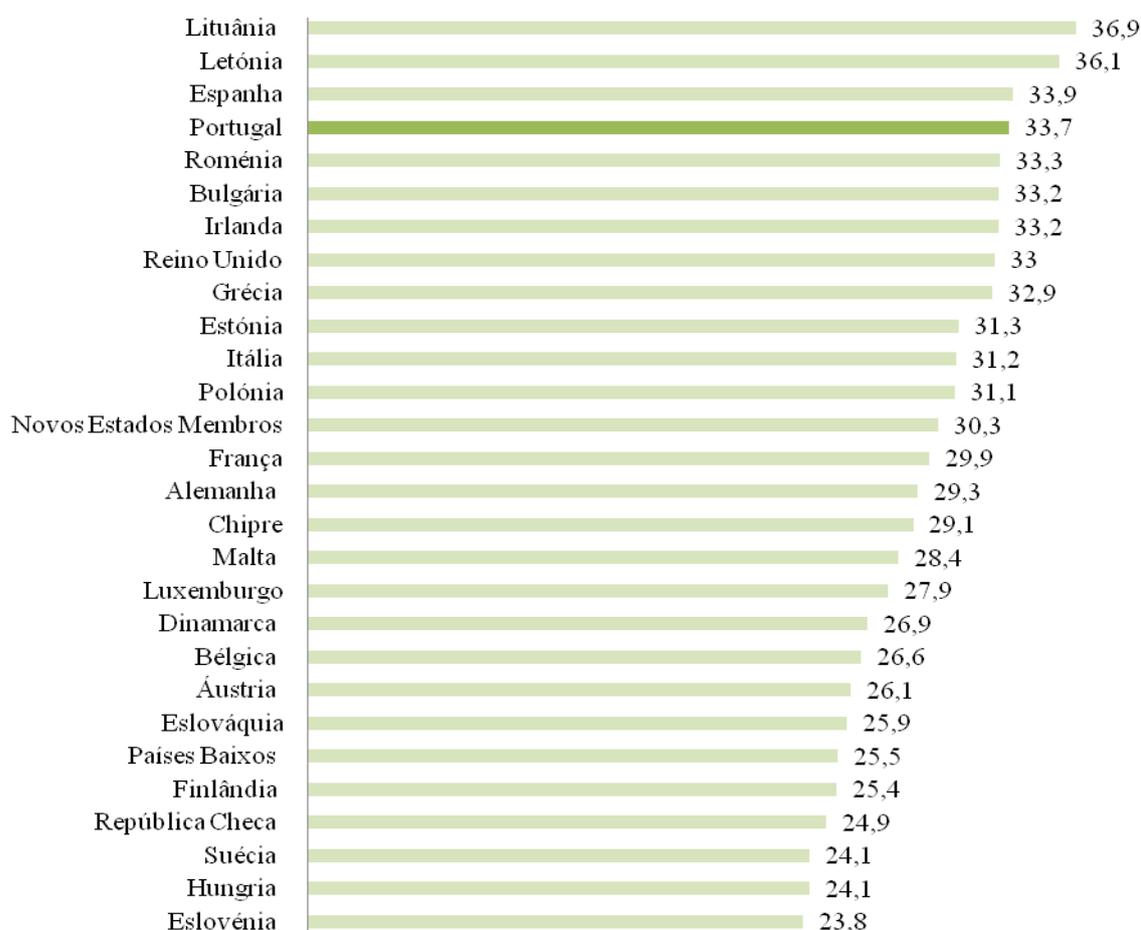
² http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Europe_2020_indicators_-_poverty_and_social_exclusion – acedido em abril de 2015

³ <http://www.oecd.org/social/soc/1875531.pdf> - acedido em março de 2015

As medidas de pobreza geralmente adquirem maior atenção em relação às medidas de desigualdade financeira, com maior preocupação em relação aos idosos e às crianças, uma vez que estes não têm nenhuma ou poucas opções para construir o seu caminho de saída da situação sócio-económica (idem).

De acordo com o Relatório *Rendimentos e Pobreza*⁴, do Observatório das Desigualdades (2010), Portugal está entre os países da União Europeia mais desiguais na distribuição do rendimento. Em 2009 a Lituânia era o país que registava a distribuição de rendimentos mais desigual, com um coeficiente de Gini de 37%, seguida de perto pela Letónia com 36%. Portugal, a par da Espanha, registava para este indicador o terceiro valor mais elevado da União Europeia, 34%.

Gráfico 1 - Coeficiente de Gini nos países da UE-27 (2009)



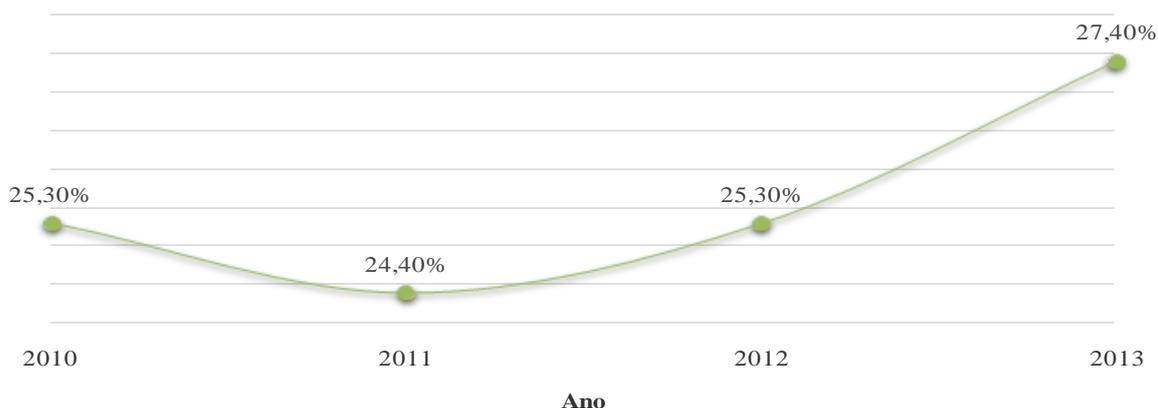
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2010 (Eurostat)⁵

⁴ <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=215&lang=pt> – acedido em abril de 2015

⁵ <http://ec.europa.eu/eurostat/web/income-and-living-conditions/data/database> - acedido em abril de 2015

Após uma análise do panorama na União Europeia e nos países da OCDE, consideramos agora pertinente verificar como se encontra a realidade a nível nacional (Gráfico 2).

Gráfico 2 – População em risco de Pobreza ou Exclusão Social em Portugal (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (2014:13)⁶

Portugal surge como um dos países mais desiguais da Europa, no que se refere à distribuição de rendimentos e no qual o risco de pobreza, continua a afectar de forma muito significativa os indivíduos com baixa escolaridade, os desempregados, as famílias monoparentais e aquelas com um número elevado de filhos ou indivíduos que vivem sós. Destaca-se o aumento do desemprego entre a população com menos educação e com qualificações intermédias e, a nível regional, a maior expressão deste fenómeno dá-se no Algarve e no Norte do país. No que respeita à educação, ainda que se verifique uma melhoria dos níveis de escolaridade da população portuguesa, continuam-se a registar elevadas taxas altas de abandono escolar e um baixo nível de formação ao longo da vida (Carmo, 2010).

A ONU (2014), no Relatório *The Millennium Development Goals Report*⁷, refere-se a um conjunto de medidas de intervenção que ajudam a atenuar as elevadas taxas de pobreza, nomeadamente: erradicar a pobreza extrema e a fome (a pobreza é um dos

⁶ http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2 – acedido em março de 2015

⁷ <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/report-2013/mdg-report-2013-english.pdf> - acedido em março de 2015

principais determinantes da fome e acesso inadequado a alimentos. A incapacidade de consumir alimentos em quantidade suficiente, por sua vez, afeta a produtividade do trabalho, o que reforça a armadilha da pobreza); alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de género; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV, SIDA, malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento.

Compreende-se então que, em termos de política-chave, a OCDE (2014:13⁸) distinga a promoção e encorajamento do acesso ao emprego para grupos específicos. Há motivos de peso para conceber o apoio prestado pelo Governo segundo métodos que tirem partido e complementem – em vez de substituírem – as capacidades dos próprios agregados familiares para lidarem com a adversidade. Nesta perspetiva, é particularmente importante apoiar de modo eficaz o emprego, mesmo que isto signifique despender mais recursos financeiros em políticas sociais ativas a curto prazo. A ativação do mercado de trabalho e os apoios no trabalho devem ser mantidos a níveis razoáveis. No caso de haver números elevados de agregados familiares sem trabalho, os esforços das políticas devem estar focados em garantir que esses mesmos agregados possam beneficiar rapidamente, assim que as condições do mercado de trabalho melhorem. Por exemplo, para conseguirem a máxima eficácia, o apoio e os incentivos relacionados com o trabalho não devem restringir-se a cada candidato a emprego individualmente, devendo ser disponibilizados igualmente aos parceiros que não trabalhem (*idem*).

Tendo em conta as medidas definidas há que ter em conta o documento *Portugal 2020* (2014) e o respetivo programa operacional para o Norte⁹.

A NUT II Norte, tal como Portugal, encontra-se num contexto macroeconómico particularmente difícil, caracterizado pela redução generalizada da atividade económica, do emprego e do bem-estar social. O desemprego elevado é uma realidade sentida em toda a região, mas de modo particularmente acentuado nas NUTS III, Grande Porto, Tâmega, Douro e Ave (Norte 2020, 2014:357).

⁸ <http://www.oecd.org/els/soc/OECD2014-SocietyAtAGlance2014.pdf> - acedido em março de 2015

⁹ https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/TEXTOS%20INTEGRAIS%20DOS%20PO/PO_Norte_15Dez14.pdf - acedido em março de 2015

O combate a estes fenómenos de pobreza persistente e de exclusão social envolve um conjunto de políticas e de programas que incluem o emprego, a ação social, a educação, a saúde, a economia, a habitação, a luta contra dependências e o urbanismo. Ora, perante esta pluralidade de dimensões, e em complementaridade com as políticas nacionais, a intervenção na área social só será eficaz e eficiente mediante uma linha de intervenção territorializada, que sustente programas integrados no domínio das políticas sociais. Estes programas devem promover a articulação de políticas sectoriais, com componentes infraestruturais e de equipamentos, de integração social, de formação de adultos, de promoção da iniciativa económica, entre outros (Norte 2020, 2014:13).

O documento *Norte 2020* (2014:360) afirma que, numa perspetiva global, todas estas iniciativas assumiram estratégias de atuação multissectorial e integrada, através de ações e atividades executadas com base em parcerias locais, com vista a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios prioritários da Região do Norte (urbanos e rurais). Em síntese, pode-se sistematizar o tipo e o modelo de intervenções territoriais da seguinte forma:

- O reforço, a otimização e a ampliação das experiências de parceria, favorecendo a cooperação institucional e os modelos de intervenção integrada;
- A promoção de uma maior capacitação de organizações, confederações e associações em matéria de requisitos de planeamento, implementação e gestão de projetos de cariz social;
- A qualificação do capital institucional dos territórios, tendo como premissa que o sucesso das intervenções na área da inclusão social depende da paisagem organizacional pública e privada instalada nos territórios;
- A modernização da gestão e da profissionalização do capital humano das organizações locais, através do aumento dos níveis de eficiência e de desempenho organizacional (*idem*).

O Governo de Portugal teve sempre como principal preocupação a protecção dos mais desfavorecidos, promovendo a protecção social, a equidade, o acesso à saúde, o combate ao desemprego e a promoção do emprego. Neste contexto, programas nacionais efetivos de combate às situações sociais de fragilidade, como o Programa de Emergência Alimentar, constituem ferramentas concretas dos planos políticos e sociais no território nacional. As cantinas sociais, no panorama geográfico e social português, assumem-se

como recursos de paradigma na intervenção governamental ao nível da pobreza e exclusão social. Recurso que analisamos de seguida, passando primeiramente por abordar os conceitos de Pobreza e Exclusão Social.

1.3. Pobreza e Exclusão Social

As abordagens de orientação económica analisam a pobreza e a exclusão a partir de fatores ligados aos rendimentos, pois consideram que há uma relação causal entre a privação de rendimentos e estes fenómenos sociais.

Os primeiros estudos que abordam a pobreza e a exclusão social na Europa podem ser enquadrados em duas grandes correntes: a inglesa e a francesa. Enquanto a primeira se centra nos aspetos distributivos, a segunda sublinha a importância das relações sociais. Neste sentido, refere Rodrigues et al (2003: 39), os ingleses colocam a tónica na cidadania social (universalidade de acesso a bens e serviços) para a saída da pobreza e da exclusão, os franceses encaram a inclusão social através da implementação de processos de socialização e integração que promovam a recriação de sociabilidades.

Os conceitos de Pobreza e Exclusão Social encontram-se, maioritariamente associados, sendo transversais ao conceito de cantinas sociais. Dá-se preferência às famílias que se com baixos recursos económicos ou em situação de precaridade fruto do crescente nível de desemprego (os “novos pobres”).

Portugal, tal como em outros países, tem uma ligação a um passado intimamente associado à ausência de recursos básicos, nomeadamente a nível económico, cultural e social, que afetaram durante décadas as populações mais desfavorecidas e fragilizadas. Por sua vez, atualmente os fenómenos da pobreza e da exclusão social em Portugal têm vindo a aumentar substancialmente fruto de vários indicadores, mas sobretudo consequência da globalização (Guiddens, 2002; Costa, 2008; Capucha, 1998).

1.3.1. A Pobreza

Peirista e Pimenta (1994:34) salientam que a pobreza em Portugal consiste na:

“Herança de um passado de subdesenvolvimento e atraso económico que produziu grandes assimetrias territoriais e desequilíbrios sociais; e, nas suas novas configurações, um produto das transformações económicas e sociais que têm marcado a evolução recente na economia e na sociedade Portuguesa”.

Desta forma, pode-se assegurar que a pobreza é um fenómeno estrutural e persistente. A era das revoluções com a qual emergiu a modernidade operou ruturas históricas a uma velocidade até então desconhecidas, trazendo consigo fraturas sociais, tanto mais perturbadoras quanto mais a sua vertiginosa ocorrência tornava visíveis as vontades e os poderes, obviamente humanos, que produziram (Capucha, 1998:13).

De um ponto de vista sociológico, a pobreza constitui um objeto complexo, na medida em que se trata de um conceito de teor negativo, que resume em si mesmo complexos processos culturais, políticos e simbólicos que convertem condições materiais marginais no quadro da sociedade capitalista, estruturada em torno da produção e consumo, em estatutos sociais degradados e estigmatizantes. Por essa razão, é difícil pôr de parte a dimensão material de pobreza, ou seja, a precariedade das condições de vida e dos padrões de consumo das diversas camadas da população (Ferreira, 1996:23).

O conceito de pobreza é variável e alguns dos fatores de pobreza poderão ser importantes numa determinada região, sem o serem numa outra. Assim, a definição de pobreza utilizada, quer pela ONU quer por instituições nacionais, contempla um espectro mais vasto de situações para caracterizar a pobreza, a qual é definida da seguinte forma: “Pobreza é uma situação de privação, persistente e grave, relativamente à satisfação de uma ou mais necessidades básicas tal como estas se exprimem numa dada sociedade, destacando-se entre elas a alimentação, o vestuário, a habitação e respetivas condições de utilização, os consumos essenciais, o apoio social, a saúde e até determinados consumos de carácter extraordinário” (Oliveira, 2001:17).

Por sua vez, Townsend (cit in Ferreira, 1996) já inclui a ausência/precariedade de trabalho como um indicador de pobreza, justificando que a pobreza se encontra em constante mudança. Algumas pessoas podem passar por determinados momentos da sua vida em que têm mais probabilidades de se confrontar com situações de pobreza, em consequência de várias causas (nomeadamente questões com que nos deparamos

atualmente na sociedade portuguesa como o desemprego, o trabalho precário, emprego a tempo parcial, idosos, pessoas portadoras de deficiência, entre outros). Assim, pobres são todos os cidadãos que se vêem privados de recursos materiais e impossibilitados de participar na sociedade.

Já na época da cultura clássica, o que determinava as condições de pobre e pobreza eram situações pessoais e sociais, fatalidades quase sempre desprovidas de dignidade em si mesmas e relativas apenas aos aspetos materiais. Por sua vez, na contemporaneidade, a pobreza combina com dificuldades de sobreviver (aquilo a que Marx denominou como “reprodução da força de trabalho”). Problemas em relação aos rendimentos ou nível económico de vida, sendo a pobreza como um obstáculo na satisfação de outras exigências humanas que vão para além da sobrevivência. Assim, poderá dizer-se que o conceito de pobreza se foi alterando ao longo dos tempos, tendo necessidade de se adaptar às particularidades dos países industrializados devido ao progresso das ciências, dos meios de comunicação social e à crescente sensibilidade da consciência moral, assim como a situações que acolhem as desigualdades inaceitáveis que atingem gravemente a dignidade humana (Costa, 1984:275).

O fenómeno de pobreza pode ser entendido como interligado ao rendimento dos indivíduos, na medida em que é a partir dele que o indivíduo consegue satisfazer as suas necessidades básicas. Assim, na perspetiva de Costa (2004:18) a pobreza pode ser uma “situação dinâmica de privação, por falta de recursos”, caracterizando-a não só tendo por base ou referência a carência de recursos, mas também a possibilidade de acesso a eles. Neste sentido, o mesmo autor explica a pobreza ligada ao rendimento através dos conceitos de Pobreza absoluta¹⁰, Pobreza relativa¹¹, Pobreza subjetiva¹² e Pobreza objetiva¹³.

¹⁰ A pobreza absoluta “assenta na noção de necessidades elementares, a começar pelas de subsistência física, independentemente do nível de desenvolvimento atingido pelo país, dos padrões de distribuição do rendimento e da riqueza, ou do modo como o nível de vida de cada indivíduo (ou família) tenha variado ao longo do tempo” (Costa, 1984:277).

¹¹ A pobreza relativa está associada à noção de desigualdade; são pobres os indivíduos, famílias e grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão fracos que eles são excluídos dos modos de vida mínimos aceitáveis nos locais em que residem (ibidem).

¹² A pobreza subjetiva tem em vista as representações e as dimensões simbólicas valorativas da pobreza, pela importância que exerce sobre os comportamentos e atitudes, não tem em conta as relações entre as condições materiais de vida e as dimensões subjetivas (ibidem).

¹³ A pobreza objetiva baseia-se num padrão de referência (frequentemente corporizado na construção de um limiar de pobreza) que tipifica as situações de pobreza, permitindo caracterizar objetivamente os pobres (ibidem).

1.3.2. Da Pobreza à Exclusão Social

Atualmente pode-se considerar que o conceito de Pobreza e de Exclusão Social podem ser associados ou relacionados. Porém pode haver exclusão sem pobreza, pois qualquer indivíduo pode ser um “excluído” e não ser obrigatoriamente “pobre”. Para Costa (1998) pode haver pobreza sem exclusão social, na medida em que estas são realidades separadas e que nem sempre coexistem. Por isso, seria prejudicial, tanto para a ciência como para os grupos desfavorecidos, substituir o termo pobreza pelo de exclusão social. Na verdade, uma boa parte dos pobres em Portugal trabalha ou pertence a famílias com activos empregados. Porém, sendo possuidores de baixas qualificações, fazem-no em sectores pouco produtivos e onde predominam baixos salários. Se bem que esses salários sejam muitas vezes combinados com outras fontes de rendimento (como a agricultura familiar ou outras práticas de economia informal) o somatório não se revela capaz de conduzir à superação da pobreza. Pelo contrário, favorece muitas vezes a permanência de estruturas económicas e laborais ultrapassadas, pouco produtivas e incapazes de assegurar a qualidade de vida das populações (Capucha, 1998).

O conceito de exclusão social foi introduzido nos anos 90 com um sentido bastante alargado, que pretendeu substituir a noção de pobreza (Bento e Barreto 2002). A exclusão social significa fundamentalmente desintegração social a diferentes níveis, como sejam os económicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Reflete-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não participação na vida comunitária (Bureau Internacional do Trabalho, 2003).

A exclusão social é, portanto, um conceito mais abrangente do que o de pobreza, traduzindo-se pela ausência de vários tipos de poder: económico, de decisão, de influência e de participação na vida em comunidade. Tem também um forte carácter relacional, considerando que as relações sociais são uma componente fundamental do bem-estar das populações (Bureau Internacional do Trabalho, 2003).

De acordo com Costa (1998), a exclusão social é descrita como um processo que envolve três zonas de inserção/exclusão no espaço da vida social:

- Uma zona de integração social que se caracteriza pelo trabalho estável e uma inscrição relacional sólida (onde podemos incluir a pobreza, mas uma pobreza integrada);
- Uma zona de vulnerabilidade social, que se caracteriza pelo trabalho precário e/ou pela fragilidade dos suportes sociais e familiares;
- Uma zona de marginalidade ou exclusão social, marcada pela ausência de trabalho e isolamento social.

A pobreza e a exclusão social foram, desde sempre, duas das preocupações principais do pensamento sociológico. Assim, ao longo do século XX a pobreza tem-se afirmado como uma das áreas de estudo privilegiadas pelas ciências sociais, tendo dado origem a inúmeras pesquisas científicas que permitiram um melhor entendimento desse fenómeno omnipresente em todas as sociedades (Capucha, 1998).

A exclusão social representa uma acumulação progressiva de fatores sociais e económicos ao longo do tempo, assim sendo torna-se pertinente apresentar alguns dos fatores de exclusão social.

1.3.3. Fatores de Exclusão Social

A sociedade atual apresenta uma grande controvérsia no que respeita às soluções apresentadas aos cidadãos quando estes se encontram em situação de vulnerabilidade, nomeadamente de desemprego, deficiência, etc.

Quais os fatores que podem levar os cidadãos a uma situação de exclusão social? Segundo Alves (1996), é do modo de funcionamento da economia e das estruturas sociais existentes que decorrem os fatores de risco de exclusão social. Por outras palavras, as suas principais causas advêm do modelo de desenvolvimento em curso, do processo de integração económica, da ordem cultural dominante e do sistema de poder político.

Portela (1998:151) partilha da mesma opinião, afirmando que as situações e processos de exclusão social são o produto das mudanças estruturais da economia e sociedades na Europa. O que implica que, cada vez mais, uma grande percentagem da população se

encontre mais vulnerável e ameaçada pela perda dos laços sociais, o que acompanha os processos de exclusão social.

De acordo com Amaro (2003), os fatores de exclusão social podem ser agrupados da seguinte forma:

- Fatores de ordem macro – são de natureza estrutural, na sua grande maioria, e estão relacionados com o funcionamento global das sociedades: tipo de sistema económico, regras e imposições do sistema financeiro, modelo de desenvolvimento; estrutura e características das relações económicas internacionais - estratégias transnacionais; valores, princípios sociais e ambientais dominantes, paradigmas culturais, condicionantes do sistema político; atitudes e comportamentos face à natureza; modelos de comunicação e de informação; processos de globalização.
- Fatores de ordem meso – são frequentemente de natureza estrutural, mas também podem resultar de incidências conjunturais. São normalmente de âmbito mais local, situando-se no quadro das relações e das condições de proximidade que regulam e interferem no quotidiano dos indivíduos. Podem ter origem em áreas tão diversas como: políticas autárquicas (se discriminatórias, no sentido negativo); características do mercado de trabalho; modelos de funcionamento localizado dos organismos desconcentrados da Administração Pública, preconceitos sociais e culturais, normas e comportamentos locais, estratégias de exclusão de atores locais (incluindo as associações e outras organizações).
- Fatores de ordem micro – situam-se ao nível individual e familiar e dependem de lacunas e fragilidades experimentadas nos percursos pessoais, de capacidades frustradas ou não valorizadas, de incidências negativas.

Em síntese, podemos concluir que o autor demonstra que os dois primeiros tipos de fatores (macro e meso) se referem às oportunidades oferecidas (ou negadas) pela sociedade ao indivíduo, sendo que o último se centra nas capacidades e competências individuais e familiares (Amaro, 2003).

Assim, é urgente conciliar estratégias de intervenção adequadas para responder às necessidades básicas a que todos os seres humanos têm direito, independentemente da

sua situação ou condição. A alimentação faz parte do grupo das necessidades primárias que têm que ser garantidas a todos os cidadãos e, neste sentido, abordaremos o conceito de cantinas sociais, fazendo especial referência ao Programa de Emergência Alimentar, através da sua definição e caracterização.

1.4. Cantinas Sociais

A atual conjuntura económica e política está a produzir transformações na organização do consumo das famílias e, em particular, no seu consumo alimentar. Por outro lado, uma parte desse consumo é feito num contexto onde o Estado Social está mais ausente e onde a eficácia da provisão alimentar depende, em grande parte, do exercício de uma cidadania ativa. Mais concretamente, o agravamento da situação económica das famílias está a fazer com que o seu consumo alimentar esteja cada vez mais dependente tanto das sobreviventes redes de provisão do Estado (acesso a refeições gratuitas na escola) como também das novas redes comunitárias que se formam como alternativa de acesso ao consumo alimentar (ajuda através de associações contra o desperdício alimentar, ou até mesmo, as acções do banco alimentar) (Teixeira et al, 2012:9).

Enquanto algumas famílias estão condicionadas às escolhas que lhes são economicamente viáveis, outras acabam mesmo por ser totalmente excluídas do acesso ao mercado e dependem fundamentalmente dos apoios provenientes da comunidade (solidariedade e voluntariedade de indivíduos e instituições que prestam serviços sociais), sobre os quais possuem pequena autonomia de escolha. A incapacidade das famílias e dos indivíduos adquirirem alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, bem como as dificuldades de não o conseguirem fazer, são características que definem fenómenos de insegurança e pobreza alimentar (Truninger e Teixeira, 2013:2).

Apesar das dinâmicas de modernização ocorridas em Portugal nas últimas décadas, e que conduziram ao surgimento de uma “sociedade de consumo”, prevalecem na sociedade portuguesa um conjunto de assimetrias e desigualdades no acesso à alimentação (Teixeira et al, 2012:6). Deste modo, tal como nos anos 70, o fornecimento de refeições gratuitas (ou a preços comparticipados) continua a representar um instrumento governamental importante para atenuar os efeitos da pobreza (ibidem).

1.4.1. Cantinas Sociais – definição

De acordo com o *site* oficial da Segurança Social, a cantina social define-se como sendo uma “resposta social destinada ao fornecimento de refeições, a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, podendo integrar outros serviços, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupa¹⁴”. Destacamos como principais objetivos do serviço prestado pela cantina social: garantir alimentação à população carenciada, promover a auto-estima através da prática de hábitos de higiene, sinalizar e diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento.

O serviço prestado nas cantinas sociais é uma resposta de emergência que consiste no fornecimento gratuito de refeições completas (pão, sopa, prato e fruta), sete dias por semana, para consumo no domicílio (*take-away*). Tendo sempre em consideração a qualidade das mesmas, com estrito respeito pelas regras de uma alimentação saudável e equilibrada, bem como as normas de higiene e segurança alimentar (SCMVV, 2014:49).

Com base no estudo realizado pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (2012:12), a grande maioria das IPSS considera a cantina social como uma medida que responde de forma ágil e muito positiva, a um grupo cada vez maior de pessoas com carências alimentares, minorando o impacto da atual crise económica. Considerando ainda esta medida com um impacto considerável a três níveis:

- Aos beneficiários, considerados tanto ao nível individual, garantindo o suprimento das necessidades básicas alimentares, como ao nível familiar, prevenindo situações de rutura familiar, especialmente em famílias com crianças/jovens a cargo, que poderiam ser objeto de intervenção de promoção e proteção, por falta de condições socioeconómicas capazes de garantir o acesso a refeições equilibradas e conducentes ao seu pleno desenvolvimento;
- À comunidade, devidamente informada e esclarecida da natureza desta medida, proporcionando o seu comprometimento na concretização da mesma, passando de um estado de juízos de valor para um estado de colaboração;
- Às Instituições, onde a cantina social é mais um instrumento de ação para as IPSS que, olhando e vendo o que se passa com os indivíduos e famílias, não

¹⁴ <http://www4.seg-social.pt/familia-e-comunidade> - acedido em setembro de 2014

podendo ignorar a realidade, passando à ação. Por outro lado, permite a otimização de recursos e o estabelecimento de reais parcerias interinstitucionais; De frisar igualmente que esta medida sublinha o reconhecimento do papel das IPSS no trabalho social de proximidade e as suas competências na ação.

A par dos programas de combate à pobreza existem, também, outras estratégias com objectivos mais específicos. Assim sendo, destaca-se a criação do Programa de Emergência Alimentar, o qual passaremos a apresentar de seguida.

1.4.2. O Programa de Emergência Alimentar

Ao observar a história dos povos podemos perceber que a preocupação em torno da alimentação faz parte da história da humanidade. Desde os povos primitivos até aos nossos dias, por diferentes vias, as lutas pela alimentação e pela sobrevivência são indissociáveis (Conti, 2009:17).

No âmbito do Programa de Emergência Social¹⁵ (PES) e do Protocolo de Cooperação de 2011-2012 assinado entre o Estado e as entidades representativas do sector social (CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades), foram identificadas um conjunto de medidas a adotar que visam minorar o impacto da atual crise económico – financeira global nas pessoas e famílias mais carenciadas (União das Misericórdias Portuguesas, 2012:1).

Um dos objetivos/medida do Plano de Emergência Social (PES) prende-se com a necessidade de dar resposta a quem não consegue ter para si, ou para a sua família, duas refeições diárias, aumentando-se desta forma a resposta às situações de fome (Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, 2013:1).

¹⁵“Numa conjuntura em que se torna imperativo e urgente garantir aos socialmente mais vulneráveis, níveis globais de protecção social, impõe -se desenvolver o Programa de Emergência Social. A redução das desigualdades sociais deve assentar em medidas estruturais que promovam o combate ao abandono escolar precoce, o apoio à família e a distribuição mais justa dos rendimentos. O Programa tem como objectivos estratégicos: i) Combater a pobreza; ii) Reforçar a inclusão e coesão sociais; iii) Estimular as pessoas, capacitando-as e incentivando-as através do trabalho socialmente útil; iv) Maximizar as respostas das redes sociais já existentes; v) Fomentar a responsabilidade social; e vi) dinamizar o voluntariado” (Lei nº 64-A/2011 de 30 de dezembro).

Tendo em conta a necessidade de minorar o impacto da crise económico – financeira em curso, e tendo em vista a maximização dos recursos já existentes, foi criado um Programa de Emergência Alimentar (PEA), baseado numa lógica de “ética social na austeridade”, medida consolidada no âmbito do PES, o qual se pretendia flexível e transitório, a executar por instituições que reunissem condições para a confeção de refeições, que dispunham de uma estrutura, na qual já se encontrasse em funcionamento outras respostas sociais (ibidem).

O Programa de Emergência Alimentar entrou em vigor em Março de 2012. Traduz-se numa Rede Solidária de Cantinas Sociais que permite assegurar às pessoas e/ou famílias que mais necessitam o acesso a refeições diárias gratuitas (entre almoço e jantar, para consumo externo, devendo o número de dias (cinco ou sete) depender do modelo de funcionamento da Resposta Social que lhe dá suporte), cujo número, dada a sua duração anual e natureza transitória, será definido de acordo com as características específicas do equipamento social que o vai operacionalizar (União das Misericórdias Portuguesas, 2012:2).

De acordo com o Protocolo de colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde (2012:1), este programa de conceção e execução do ISS, I.P., abrange todo o território continental, o que justifica a celebração de, pelo menos, uma convenção por concelho, com instituições que reúnem as condições adequadas ao mesmo, desde que selecionadas pelas respetivas entidades representativas, em articulação com os respetivos Centros Distritais do ISS, I.P..

1.4.2.1. Caracterização do Programa de Emergência Alimentar

No âmbito do combate à pobreza extrema e à exclusão, destaca-se a criação do Programa de Emergência Alimentar (PEA). Segundo a União das Misericórdias Portuguesas (2012), o Protocolo de Colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e as entidades representativas do sector social (CNIS,

União das Misericórdias e União das Mutualidades) rege-se por um conjunto de treze cláusulas¹⁶, sendo de salientar como aspetos fundamentais:

- A comparticipação financeira do Estado, a título de valor de referência por refeição, correspondente ao montante unitário de 2,5 €, podendo ser cobrado um acréscimo por refeição, consoante os rendimentos das famílias, até 1 €, mediante critérios a definir pela instituição.
- Os recursos humanos afetos ao PEA são os disponíveis na Instituição para outra(s) resposta(s) social(ais), de acordo com o princípio subjacente à criação da Rede Solidária de Cantinas Sociais.
- A identificação e seleção das pessoas a beneficiar de refeição é efetuada pelas instituições, sendo que deverão priorizar os utentes idosos com baixos rendimentos, as famílias expostas ao fenómeno do desemprego ou com filhos a cargo, as pessoas com deficiência ou com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho e inclusive situações já beneficiárias de apoio social (desde que o apoio atribuído não seja no âmbito alimentar).
- Devem ainda ser consideradas situações recentes de desemprego múltiplo e com despesas fixas com filhos, famílias/indivíduos com baixos salários ou com doenças crónicas e encargos habitacionais fixos e famílias monoparentais ou situações de emergência temporária.
- Não podem beneficiar do Programa os utentes da Instituição, que, nessa qualidade, beneficiam de alimentação por via de frequência da resposta social em que se encontram inscritos e pessoas já apoiadas por qualquer estrutura/serviço/resposta social que preste apoio direto ao nível da alimentação (tais como banco alimentar, cantina social, distribuição direta de alimentos a sem-abrigo, entre outras).

¹⁶ Ver Anexo I

CAPÍTULO II - ESTUDO DE CASO SCM DE VILA VERDE

“Onde estiver o homem, aí está a necessidade. Onde houver a necessidade, aí estão as Santas Casas da Misericórdia”.

D. António Rafael, Bispo de Bragança

(VIII CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS, 2008)

2.1. Santas Casas da Misericórdia - contexto da sua fundação

Fundadas a partir de 1498, as Santas Casas da Misericórdia foram as confrarias mais importantes em Portugal do século XVI ao século XVIII. A sua primazia decorria do seu estatuto jurídico particular, associado à proteção dos monarcas portugueses; da sua composição social correspondente às elites detentoras do poder local; do património fundiário e móvel acumulado; e da sua omnipresença na prestação de serviços assistenciais. Associações de leigos pautando o seu comportamento por valores religiosos, entre os quais avulta o exercício das 14 obras de misericórdia, constituíram a forma preferencial da organização da assistência a nível local, conforme atesta a sua difusão a praticamente todos os territórios sob administração portuguesa ao longo do período moderno (Sá, cit. in Azevedo, 2001:200).

As Santas Casas de Misericórdia surgiram como resposta a um longo período de carestia vivido na Europa medieval. As suas origens remontam ao reinado da Rainha D. Leonor de Lencastre e ao verão de 1498 (mais propriamente, ao dia da Assunção da Virgem Sta. Maria, a 15 de Agosto), quando se fundou a primeira Misericórdia do reino, em Lisboa. A Rainha detinha a regência do reino na ausência do seu irmão (D. Manuel I), ausente em Castela, tendo a nova confraria sido fundada numa das capelas do claustro da Sé de Lisboa, a capela da Piedade ou ainda chamada a Terra Solta, que ainda hoje existe (Sá & Lopes, 2008:24).

A criação da primeira Misericórdia em Lisboa surge como o corolário de diversas remodelações levadas a cabo na assistência portuguesa desde finais do século XV. Entre estas, podemos apontar a fusão hospitalar que deu origem ao Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa, a fiscalização da gestão dos estabelecimentos assistenciais e o tombamento dos respetivos patrimónios, processos em relação aos quais o Regimento

das Capelas e Hospitais de 1514 surge como desenlace normativo. Como resultado da intenção de D. Manuel I de criar confrarias à imagem da Misericórdia de Lisboa em todo o reino e dos privilégios que lhes eram concedidos, criando condições aliciantes para a sua formação, a constituição destas confrarias em todo o reino deu-se a um ritmo muito rápido. À sua morte as principais vilas e cidades de Portugal dispunham já de uma Misericórdia, tendo a sua difusão continuado nos reinados posteriores. Não se tratou no entanto de um esforço de centralização mas apenas de uma tentativa de homogeneização da assistência, uma vez que, excetuando o caso das SCM do estado da Índia, submetidas à autoridade da Misericórdia de Goa, não existiam relações de subordinação entre as diversas SCM, tendo sido a autonomia a regra (Sá, cit. in Azevedo, 2001:200).

As Santas Casas da Misericórdia portuguesas, com a expansão marítima dos descobrimentos portugueses, expandiram-se para várias partes do mundo designadamente para o Brasil, a Índia, para a Espanha, para Macau e para os países africanos de língua oficial portuguesa (Jacob, 2002 cit. in Enes, 2013:16). A quantificação destas instituições em Portugal diverge entre as fontes. No ano 2011 o número de SCM em Portugal ascendia a 396 sendo estas distribuídas por 308 concelhos administrativos (Colonna e Mourão, 2011 cit. in Enes, 2013:16). A conta satélite do Setor (publicada em 2013) refere o grupo das SCM como sendo composto por 381 unidades. A União das Misericórdias Portuguesas (entidade representante das SCM) não divulga um número concreto de instituições. Esta entidade apenas refere que existem aproximadamente 400 Santas Casas da Misericórdia em Portugal (Enes, 2013:16).

Segundo Maia (2010), todas as Santas Casas da Misericórdia portuguesas estão filiadas na União das Misericórdias Portuguesas e algumas, por opção própria, também fazem parte da CNIS (ex-União das IPSS), beneficiando com a dupla filiação. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma exceção. Por ser uma entidade estatal e não uma IPSS não se encontra filiada a nenhuma entidade representativa (Enes, 2013:16-17)

2.1.1. Legislação

De acordo com o Decreto - Lei nº 119/83 promulgado a 25 de Fevereiro na Secretaria de Estado da Segurança Social, no artigo 68.º, refere-se que “as irmandades das

Misericórdias ou Santas Casas da Misericórdia são associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objectivo de satisfazer carências sociais e de praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristã”.

As Santas Casas da Misericórdia caracterizam-se por ser Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que desenvolvem uma diversidade de respostas sociais promovendo vários projetos de relevo para a promoção e desenvolvimento social e humano da população, procurando alcançar respostas adequadas para as carências deste concelho. De acordo com o artigo 1º do decreto/lei anteriormente referido, as IPSS “são instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico (...)”.

Nos termos do decreto/lei supracitado, estas instituições têm que prosseguir alguns objetivos, nomeadamente: apoio a crianças e jovens; apoio à família; apoio à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção de saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações. Sendo estes objetivos concretizados através de equipamentos e serviços, bem como de parcerias em programas e projetos.

Com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), as Santas Casas da Misericórdia procuram novos rumos de ação, tendo-se afirmado como agentes do processo de mudança, pelo esforço de promoção social que dia-a-dia realiza nas comunidades locais da sua área de atuação. Vocacionadas desde o seu primeiro compromisso para a prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais (7) como corporais (7), estas instituições passaram a constituir, por todo o país e ao longo de alguns dos séculos, o pólo integrador fundamental de toda a ação assistencial.

2.2. Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde - Resenha histórica

A existência da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde (SCMVV) fez-se da luta constante e incansável de Homens de bem na defesa dos mais fracos. Esta luta é feita diariamente, pelo que se torna impossível documentar todos os gestos que contribuem para o fomento do espírito social.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde começou a dar os primeiros passos em 1943, quando se precedeu à elaboração do projeto do compromisso da instituição. Mas foi, de facto, em 1944 que se concretizou a fundação da Misericórdia Vilaverdense, depois da aceitação por parte do Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas, D. António Martins Júnior (Revista SCMVV 60 anos, 2004:5).

Foi fundada a 17 de Junho de 1944 por um conjunto de pessoas “vocacionadas ao exercício da solidariedade social iluminadas pela doutrina social da igreja católica e com o objetivo de minorar e satisfazer carências sociais e praticar atos de culto divino de harmonia com o seu espírito tradicional” (cit. in Compromisso da Irmandade da SCMVV, 2012:4).

Trata-se de uma instituição privada de solidariedade social, localizada no Concelho de Vila Verde, distrito de Braga, que intervém no âmbito da saúde e da ação social. Porém, a ação da Santa Casa de Misericórdia não se limita ao concelho de Vila Verde, mas a um conjunto de concelhos na área circundante de Vila Verde, como Amares, Terras de Bouro, Ponte da Barca, Braga, Póvoa de Lanhoso, entre outros.

Os objetivos da Santa Casa exprimem-se, na sociedade, a nível dos lares de idosos, centros de dia, centro de alzheimer, apoio ao domicílio, unidade de cuidados continuados, creches, jardim-de-infância, centro de atividades ocupacionais (CAO), lar residencial, empresas de inserção (pastelaria, lavandaria, jardinagem), cantina social, banco solidário, farmácia, loja de produtos paramédicos, medical SPA, hospital e higiene e segurança no trabalho (HST).

2.3. Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde – Caracterização

A SCMVV coloca ao dispor da comunidade um conjunto de serviços¹⁷ que tentam abranger as necessidades mais marcantes da população, pautando a sua ação por vários eixos e tendo em conta diversas populações alvo.

O Hospital é hoje uma referência nacional no sector da saúde, oferecendo um conjunto de serviços – consultas de especialidade, cirurgias, exames, SAP (Serviço de Atendimento Permanente), internamento, maternidade, imagiologia, medicina no trabalho - com profissionais de referência na área, assim como com um conjunto de equipamentos de topo. Fundado em 13 de Junho de 1947, as instalações do hospital foram sofrendo diversas modificações ao longo dos anos, em virtude de dar resposta às necessidades sempre crescentes por parte da população. Foi em 1998 que se inaugurou as novas instalações do hospital, estando atualmente a sofrer um alargamento nas suas estruturas. Para além dos serviços *supra* citados, possui ainda o serviço de hemodiálise, serviço de análises clínicas e o de Fisioterapia (Manual de Acolhimento SCMVV, 2006).

A farmácia e a loja de produtos paramédicos são mais uma aposta da SCMVV na saúde e responsáveis pela prestação de apoio aos cuidados de saúde da população do concelho de Vila Verde. A farmácia possui uma estrutura moderna, apetrechada com os mais recentes equipamentos. A qualidade destas instalações inauguradas em 2003, dos equipamentos e da equipa técnica, que diariamente se apresenta para o serviço público em geral, constitui mais uma evidência da modernidade da capacidade de resposta da Misericórdia de Vila Verde perante a realidade sócio-humanitária atual. A Loja de Produtos Paramédicos assegura o fornecimento de produtos para a prevenção de doenças dos pés, a comercialização de artigos ortopédicos e produtos naturais (*ibidem*).

O apoio à terceira idade sempre foi uma prioridade da instituição, tendo ao longo dos anos sofrido uma grande expansão. Inicialmente a SCMVV disponha somente de um lar (fundado em 1977), hoje dispõe de quatro lares com capacidade para aproximadamente 220 idosos. Os idosos podem estar no lar em regime de centro de dia (consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a subsistência dos idosos no

¹⁷ Ver Anexo II - Organograma SCMVV

seu meio sócio familiar, de modo a que a família possa ter uma continuidade profissional e social, uma vez que o idoso permanece durante o dia nas instituições do centro, pernoitando em casa) ou em regime efetivo (é o idoso que está todo o dia na instituição e faz dela a sua nova casa em todos os sentidos) (SCMVV, 2015:18).

A Misericórdia de Vila Verde conta ainda com um serviço de Apoio ao Domicílio, iniciado no ano de 1998. Esta é uma resposta social, destinada a pessoas idosas, residentes no concelho, assente na prestação de serviços personalizados e individualizados no domicílio das pessoas, que por motivos de envelhecimento, doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária, evitando, deste modo, a sua institucionalização. Recentemente, e ainda dentro da política de aposta na terceira idade, criou-se uma Unidade de Cuidados Continuados, de média e longa duração (SCMVV, 2015:35).

Os mais novos também não foram esquecidos. Foi em Janeiro de 1974 que a SCMVV iniciou a atividade dirigida à Infância, surgindo o serviço de creche somente em 1979. Desde 1992 que o número de crianças vem aumentando, motivando também a necessidade de recrutamento de um maior número de funcionários e técnicos para que se possa proporcionar aos utentes um serviço eficaz. O Infantário da Misericórdia de Vila Verde é composto por Jardim-de-infância e Creche. Destina-se a crianças com idades compreendidas entre 4 meses e os 5 anos de idade e assegura a prestação de cuidados de higiene, alimentação e educação às crianças. O horário de funcionamento de ambas as valências é das 07h30 às 19h00, estando contemplado um horário de prolongamento – uma atividade não letiva a partir das 16h00 - para aqueles que o desejem (Manual de Acolhimento SCMVV, 2006).

A população com deficiência também mereceu a atenção da SCMVV. Atenta às necessidades da nossa sociedade, a Misericórdia de Vila Verde definiu como uma área prioritária o apoio à deficiência. O lar residencial abriu em 2003, possui atualmente dezasseis utentes, e além de ser um centro de acolhimento ao deficiente, é também um local muito aprazível e onde tudo é pensado ao milímetro em função das pessoas que o integram. O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) destina-se ao acolhimento e desenvolvimento de pessoas com deficiência grave, entre os 16 e os 35 anos, cujas

capacidades não permitam o exercício de uma atividade produtiva. Neste centro realizam-se atividades socialmente úteis e estritamente ocupacionais, nomeadamente através do apoio técnico permanente nos planos físico, psíquico e social, da participação em ações culturais, gimnodesportivas e recreativas (ibidem).

Atualmente, e face ao cenário de desemprego e instabilidade profissional, as preocupações da Santa Casa prendem-se também com a formação e integração socioprofissional da população nestas circunstâncias. Foi neste espírito que se criaram em 1996 as empresas de inserção, financiadas pela INOFOR e destinadas a desempregados de longa duração e/ou pessoas com deficiência ligeira, preferencialmente residentes no concelho de Vila Verde. Originalmente, a empresa pretendia abranger dois sectores de atividade – lavandaria e jardinagem - uma vez que eram duas funções perfeitamente conciliáveis com as necessidades da SCMVV para as diferentes valências. Em Novembro de 2002 foi criada a empresa de inserção em pastelaria e padaria. Esta empresa tinha o mesmo objetivo das empresas anteriores e também de facilitar o escoamento de cafés, restaurantes, escolas e particulares dos produtos por parte da Santa Casa assim, como os demais clientes e, deste modo, efetuar a prestação de serviços à comunidade local (SCMVV, 2015:57).

O serviço de Higiene e Segurança no Trabalho é mais uma aposta da SCMVV, desta vez, ao proporcionar um conjunto de serviços especializados às empresas que procuram estar em conformidade com o Decreto-Lei nº 441/91, de 14 de Novembro, quanto à Higiene e Segurança. Este serviço conta com uma vasta equipa de médicos, auditores e outros profissionais especializados que garantem a qualidade do serviço (Manual de Acolhimento, 2006).

O Banco Solidário e a Cantina Social são mais duas das recentes respostas sociais da SCMVV. O Banco Solidário, inaugurado a 4 de Outubro de 2012, é uma resposta que consiste em prestar apoio às famílias carenciadas do concelho de Vila Verde, e tem ao dispor de todos os munícipes roupa, calçado e brinquedos, que passam por uma seleção e tratamento adequado. Encontra-se aberto diariamente e está a cargo de um grupo de voluntários. A Cantina Social encontra-se em funcionamento, desde 1 de Maio de 2012, junto ao Lar de Idosos desta instituição e, desde Junho de 2012, na Unidade de Prado.

Pretende ser um espaço polivalente, vocacionado para o apoio e promoção de indivíduos em precária situação económica (Revista SCMVV, 2012).

Na procura de promover o bem-estar físico e psicológico, surge, no ano de 2009, o Medical SPA. Dotado de profissionais especializados, dispõe de um vasto equipamento topo de gama para tratamento com água, vapor, massagens, fitness, cardiotraining, musculação, aeróbica, step e ainda tratamentos médicos (ibidem).

O Centro de bem-estar da pessoa com Alzheimer, inaugurado no dia 2 de Setembro do presente ano, é a mais recente aposta da SCMVV. Com capacidade de acolhimento de 15 utentes, dispõe de uma equipa multidisciplinar que dinamiza atividades de estimulação cognitiva, ações de promoção da autonomia dos utentes nas atividades da vida diária, bem como sessões diárias e individualizadas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Psicologia (SCMVV, 2015:54).

2.4. Cantina Social como resposta social na SCMVV

Como complemento à questão de partida do estudo – “Qual o contributo das Santas Casas da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar?” - decidimos analisar o caso concreto da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde. Reconhecemos importância ao estudo de proximidade e ao contato com a realidade factual como complemento da análise teórica dos dados das restantes SCM (Capítulo IX) que, *infra* daremos conta.

2.4.1. Cantina Social

Defendendo os seus valores culturais e históricos, a SCMVV tem como missão promover o desenvolvimento de respostas sociais que privilegiem os grupos mais vulneráveis, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade. A Cantina Social surge como resposta a uma necessidade crescente que decorre da atual conjuntura socioeconómica, contando já com o segundo ano, tanto nas instalações de Vila Verde (sede, que se encontra em funcionamento, desde 1 de Maio de 2012) como na Unidade de Prado (inaugurada em Junho de 2012) (Revista SCMVV, 2012:32).

A Cantina Social tem como objetivo suprir as necessidades alimentares de indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade do concelho, através da disponibilização de refeições. É uma resposta de emergência que consiste no fornecimento gratuito de refeições completas (pão, sopa, prato e fruta) sete dias por semana para consumo no domicílio (Take Away). Tendo sempre em consideração a qualidade das mesmas, com estrito respeito pelas regras de uma alimentação saudável e equilibrada, bem como as normas de higiene e segurança alimentar (SCMVV, 2014:49).

As situações poderão ser sinalizadas pelas diversas entidades do Concelho, nomeadamente, pela Segurança Social, Rede Solidária, IPSS, Juntas e Paróquias, mas também pelas próprias famílias que poderão inscrever-se diretamente no Departamento de Ação Social, sendo cada caso analisado de forma criteriosa (ibidem).

Para o ano de 2014, a SCMVV (2014:49) previu um ano com um “clima económico muito agreste, com grandes dificuldades para as famílias e, conseqüentemente, um aumento da procura deste apoio”. Por esse motivo, foi reavaliado e concedido o alargamento do número de refeições diárias protocoladas (de 80 para 100 refeições diárias). Pretende-se a continuidade da prestação deste serviço com vista a atingir as 100 refeições diárias, bem como, a periódica avaliação da situação socioeconómica dos utentes de forma a dar resposta a um maior número de famílias carenciadas, com vista a uma maior equidade e justiça social. Articulado de forma contínua, com as diversas entidades por forma a confirmar as necessidades diagnosticadas (ibidem).

2.4.2. Parcerias desenvolvidas

A cantina social pretende ser um espaço polivalente, vocacionado para o apoio e promoção dos indivíduos em precária situação económica. Como tal, para além do serviço de distribuição de alimentação, o serviço de cantina social, está em permanente articulação com alguns serviços internos e externos assentes em parcerias (Tabela 5).

Tabela 1 – Parcerias da Cantina Social da SCMVV

Parceiros Internos	Parceiros Externos
- Departamento de nutrição / serviço de alimentação, de forma a providenciar a correta prestação dos serviços;	- Centro Distrital de Segurança Social de Braga / Segurança Social de Vila Verde;
- Serviço de apoio ao domicílio – SAD;	- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Verde;
- Departamento de contabilidade;	- Câmara Municipal Vila Verde, serviços de ação social e habitação;
- Jardim-de-infância.	ATAHCA / Fundação do Bom Fim / EPATV;
	- Presidente de Junta, Párcos e outros agentes da comunidade, para que o cumprimento do apoio seja imparcial.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SCMVV (2014:13)

O Relatório do Plano de Emergência Alimentar (SCMVV, 2014:3) refere ainda que esta articulação permitiu, validar o diagnóstico das situações, facilitar o acesso ao serviço, dado ser a única cantina no concelho de Vila Verde, bem como providenciar recursos de forma a promover a qualidade de vida dos beneficiários.

Como se pode comprovar na Tabela 1, a SCMVV colabora em parceria com algumas instituições, nomeadamente, ATAHCA, Fundação do Bom Fim e EPATV, no que concerne, ao apoio e fornecimento de refeição a alguns dos formandos que se encontram em situação económica precária (ibidem).

2.4.3. Utentes do serviço da cantina social

De acordo com o Relatório do Plano de Emergência Alimentar (SCMVV, 2014:2) desde a abertura da Cantina Social (em maio de 2012, através da sua adesão ao Programa de Emergência Alimentar, que entrou em vigor no mesmo mês) foi prestado apoio

alimentar a 53 famílias, predominantemente famílias jovens com filhos a cargo, em situação de desemprego e com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho. Tendo este número oscilado ao longo do ano, resultante de alguns fatores, tais como:

- Melhoria das condições económicas das famílias;
- Obtenção de emprego;
- Alteração de morada para outros concelhos, por parte de algumas famílias;
- Reavaliações;

2.4.4. Serviços de refeições prestados pela cantina social

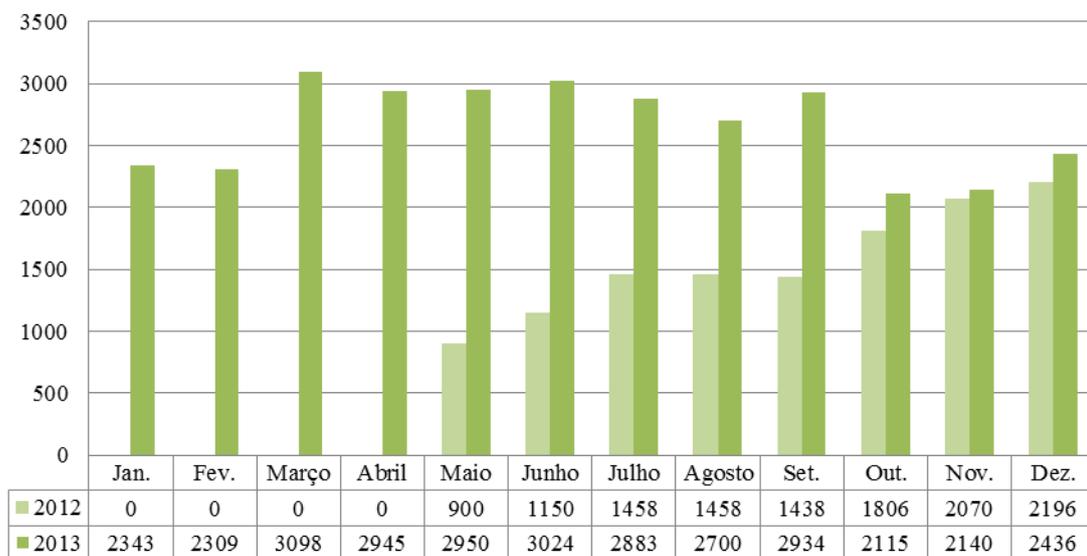
O Protocolo de Colaboração inicial (assinado entre a União das Misericórdias Portuguesas e o Instituto da Segurança Social, referente ao Programa de Emergência Alimentar) disponibilizou uma capacidade máxima de 65 refeições diárias. Porém, devido ao aumento na procura desta resposta social, em Novembro de 2012 foi assinado um novo Protocolo com vista ao reforço da capacidade e utilização, alargando os serviços para 80 refeições diárias (SCMVV, 2013:3).

Com o agravamento da atual crise económico – financeira, em Janeiro de 2013 foi feita uma Adenda ao nº1 da cláusula III (capacidade e número de utentes abrangidos) do Protocolo de Colaboração que alterou o número de refeições a disponibilizar, para 100 refeições diárias (SCMVV, 2014:2).

Da análise dos dados referentes ao mapa mensal de refeições (2012/2013), foi possível concluir que no período de oito meses (Maio a Dezembro de 2012) foram fornecidas 12,476 refeições, registando um aumento de 169% em igual período do ano de 2013. De sublinhar ainda que o número anual de refeições prestado pela SCMVV em 2013 fez as 31.877 refeições (ibidem).

Através da análise do Gráfico 3 (número de refeições total por mês na SCMVV) é possível verificarmos que desde a abertura até final de 2013, foram fornecidas 44.353 refeições. De salientar ainda que no ano de 2013, durante o período de maio a setembro é quando se regista uma maior afluência de refeições.

Gráfico 3 – Número de refeições total por mês na SCMVV – 2012/2013



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da SCMVV (2014:50)

É objectivo da SCMVV, para além de estender o Protocolo de Colaboração inicial para as 100 refeições diárias, desenvolver algumas actividades por forma a promover o hábito de uma alimentação saudável, bem como das práticas a nível da higiene e segurança alimentar aos utentes deste serviço (SCMVV, 2015:46). O conjunto de actividades têm como objectivo fomentar a sustentabilidade individual, através da oferta de algumas plantas e sementes (alface, ervas aromáticas, entre outros) para pequeno cultivo doméstico. Será fornecida literatura informativa, com as instruções necessárias para a sua produção e posterior colheita. Desde sempre tornou-se apanágio da SCMVV estar atenta à situação dos mais carenciados numa perspectiva de promover o seu desenvolvimento pessoal como a sua integração social.

CAPÍTULO III - PLANO METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO

“A investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999: 26), ou seja, depende de uma metodologia. Assim a metodologia é o conjunto de abordagens utilizadas para recolher dados a utilizar como base para a descrição, interpretação e previsão, sendo composta por métodos e técnicas.

A investigação social deve ser encarada como um estudo sistemático, com a finalidade de procurar conhecimentos, onde o investigador deve ser capaz de conceber e de colocar em prática um método de trabalho, assumindo-se como um percurso global para a produção de conhecimento científico. Um procedimento de investigação é segundo Quivy et Campenhoudt (2005), um avançar no alcance de um melhor conhecimento no qual se devem ter em consideração todas as hesitações, desvios e incertezas que este processo implica.

Deste modo, investigação social é um passo fulcral para a economia social, na medida em que configura a sua intervenção nos aspetos provenientes das relações sociais. Esta deve ser direcionada para uma ação sobre a realidade, pois para intervirmos com eficácia é necessário realizar uma investigação coerente para conhecer a realidade onde intervir. Porém, para intervir de forma eficaz e sustentada é necessário possuir um conhecimento profundo sobre determinada situação e compreendê-la como uma totalidade que comporta diversas dimensões.

A estrutura do presente plano de investigação subdivide-se em 3 sub-pontos: o primeiro ponto aborda a relevância/justificação do estudo; o segundo apresenta a questão orientadora, objetivos da investigação e a formulação das hipóteses de investigação; e por fim o terceiro ponto, que identifica a metodologia da investigação (opção metodológica, método, técnicas para a recolha de informação e técnicas de análise da informação).

3.1. Relevância / Justificação do Estudo

A motivação em desenvolver esta investigação esteve relacionada com interesses pessoais e profissionais, que através da frequência no Mestrado em Economia Social, contribuíram, de forma significativa, para me sensibilizar em determinados assuntos sociais e económicos da actualidade.

O desemprego, os baixos salários e pensões, os brutais cortes em importantes prestações e apoios sociais estão a repercutir-se num generalizado empobrecimento de quem tem como única fonte de rendimento o seu trabalho ou a sua reforma, ao mesmo tempo que a pobreza e a exclusão social estão a assumir expressões dramáticas.

Com o despoletar da crise em 2008, muitas famílias portuguesas passaram a enfrentar acrescidas (ou novas) dificuldades económicas, que estão patentes nos seus consumos alimentares e que representam um agravamento das suas condições de vida e bem-estar (Truninger e Teixeira, 2013:1). As cantinas sociais são o exemplo de uma resposta social apontada pelo Governo como alternativa aos cortes em direitos sociais e à gestão das situações extremas de pobreza. É neste âmbito que surge o Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que pretende garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitem, o acesso a refeições diárias gratuitas (CNIS, 2012:2).

A realização de uma investigação nesta área, realizada no âmbito de um estágio na Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde (com a durabilidade de quatro meses), foi uma mais-valia na medida em que permitiu compreender o contributo das Santas Casa da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar: apurando informação sobre as condições de funcionamento das cantinas sociais; conhecendo o relacionamento com os serviços da Segurança Social, através de exigências impostas por estes, assim como do ponto da situação sobre o pagamento protocolado das refeições confeccionadas; recolhendo, respetivamente, informação sobre o impacto da cantina social e sugestões de melhoria.

3.2. Questão Orientadora / Objetivos da Investigação / Formulação das hipóteses de investigação

Na fase inicial de um processo de investigação o investigador mostra uma enorme dificuldade em começar o seu trabalho, para tal este “(...) deve obrigar-se a escolher rapidamente um primeiro fio condutor tão claro quanto possível, de forma que o seu trabalho possa iniciar-se sem demora e estruturar-se com coerência” (Quivy & Campenhoudt, 2005:32). O fio condutor é designado por pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar e compreender melhor. No entanto esta pergunta não é um processo estanque, podendo sofrer alterações no decorrer da investigação.

Consequentemente, para construir a nossa pergunta de partida realizamos leituras exploratórias sobre os conceitos de Desigualdades Sociais, Pobreza, Exclusão Social, Cantinas Sociais e Programa de Emergência Alimentar, com o objetivo de adquirir um conhecimento científico sobre estas, e que nos conduzisse e orientasse ao longo de toda a investigação. Assim, a questão orientadora do nosso plano de investigação é: Qual o contributo das Santas Casas da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar?

Elaborada a pergunta orientadora de investigação, torna-se importante identificar os objetivos como metas que se esperam atingir no final da investigação. Interessa primeiramente fazer a distinção entre um objetivo geral e um objetivo específico, sendo que sem esta distinção o plano é enviesado.

Um objetivo geral é a condição geral, desejada, de longo prazo que um projeto pode ajudar a obter. A concretização do objetivo específico facilita a concretização do objetivo geral (Schieffer, et al, 2006:259). Por sua vez os objetivos específicos apresentam um carácter mais concreto, tendo uma “função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares” (Lakatos & Marconi, 1996:219).

Tabela 2– Objetivo geral e objetivos específicos da investigação

Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Compreender a importância da intervenção das Santas Casas da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar: Estudo de caso SCMVV	• Determinar as áreas geográficas de incidência das cantinas sociais;
	• Verificar os canais de produção das refeições própria/catering;
	• Averiguar o local de consumo das refeições;
	• Aferir a adequabilidade da oferta de refeições contratualizadas à procura, em contexto de crise;
	• Perceber o grau de envolvimento da instituição na sinalização dos utentes.

Fonte: Elaboração própria

Seguidamente, passamos à construção das hipóteses de investigação, que se apresentam como uma resposta provisória à pergunta de partida. Hipóteses são preposições sobre o comportamento dos objetos reais estudados, fornecendo à investigação um fio condutor particularmente eficaz (Quivy & Campenhoudt, 2005).

Na sequência da solicitação da SCM o estudo teve presente os objetivos atrás referidos e apoiou-se num conjunto de hipóteses de partida:

Hipótese n.º 1 – A atual crise económica e financeira contribui para o aumento da procura de refeições nas cantinas sociais.

Hipóteses n.º 2 – As Santas Casas da Misericórdia participam na sinalização dos utentes no âmbito do PEA.

3.3. Metodologia da Investigação

A metodologia exerce um papel crucial no desenvolvimento de qualquer projeto social, uma vez que quase sempre os resultados finais se encontram condicionados pelo processo, pelo método e pela forma como se adquirem esses dados.

Polit e Hungler (1995:17) afirmam que “são inúmeros os métodos utilizados pelos pesquisadores (...) tal diversidade, em nosso ponto de vista, é fundamental ao espírito científico cuja meta principal é a descoberta do conhecimento”. Deste modo não existe uma única forma de compreender a complexidade do mundo “(...) o conhecimento científico seria (...) escasso, caso não existisse essa variedade disponível de métodos alternativos” (idem). Entre outros que corroboram esta perspectiva, Lakatos & Marconi (1996:28), afirmam que nas investigações “(...) nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica, (...) mas todos os que forem necessários ou apropriados (...) na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles (...)”. Assim, a utilização do método torna-se fulcral no processo de investigação, na medida em que possibilita a elaboração e construção de uma análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam uma investigação em ciências sociais.

3.3.1. Método

“O método consiste, essencialmente, num conjunto de operações, situadas a diferentes níveis, que tem em vista a consecução de objetivos determinados. Corresponde a um corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e a articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica” (Pardal. L, Correia E., 1995:10). O método auxilia-nos na recolha concreta de informações essenciais junto das unidades de observação, ou seja, na recolha de dados, a qual constitui a terceira operação da fase de observação (Quivy & Campenhoudt, 2005). Assim, a utilização do método torna-se fulcral no processo de investigação, na medida em que possibilita a elaboração e construção de uma análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam uma investigação em ciências sociais.

Consequentemente, na nossa investigação optamos pela utilização de um método de tipo quantitativo e qualitativo. Apesar de distintas, estas duas técnicas podem ser utilizadas simultaneamente gerando assim uma maior abrangência de questões na investigação (Morais, 2007, cit in Senra, 2014:20). Os autores Tashakkori e Teddlie (1998, cit in Senra, 2014:20) descrevem que as análises quantitativas e qualitativas são utilizadas em modo de sequência ou paralelamente, assumindo uma forma igual ou diferencial quando se estabelecem as questões de investigação, e são utilizadas na mesma fase, ou em fases seguintes da mesma forma.

A investigação quantitativa, privilegia o recurso a instrumentos e análise estatística, procura as causas dos fenómenos sociais, prestando escassa atenção aos aspetos subjetivos do indivíduo. Faz uma mediação rigorosa e controlada e encontra-se à margem dos dados. A sua perspetiva é “a partir de fora”, e a sua visão é objetiva, estando orientada para a comprovação, confirmação. É reducionista, inferencial e hipotética-dedutiva, e baseia-se em dados “sólidos”. Por fim é particularista e assume uma realidade estável (Carmo e Ferreira, 2008).

Por sua vez, a investigação qualitativa, afirma-se pela “superioridade do método” no fornecimento de “uma compreensão profunda de certos fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjectivo da acção social face à configuração das estruturas sociais” (Haguette, 1987:55). É uma perspectiva que parte de dentro, e para além de estar fundamentada na realidade, está orientada para a descoberta exploratória, descritiva e indutiva, baseando-se em dados “reais”, “ricos” e “profundos” (Carmo e Ferreira, 2008).

Este trabalho prende-se, assim, num método de investigação com uma abordagem múltipla (quantitativa e qualitativa), com a apresentação apenas de um inquérito por questionário misto, às SCM dos cinco distritos do norte de Portugal (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real).

3.3.2. Técnicas para a Recolha de Informação

Na perspetiva de Quivy & Campenhoudt (2005) a recolha de dados constitui a terceira operação da fase de observação, sendo esta baseada na recolha concreta de informações essenciais junto das unidades de observação. Para proceder à recolha de dados

necessitamos de técnicas que nos auxiliem e se adequem ao nosso processo de investigação. Entende-se por técnicas as ferramentas ou instrumentos a que o investigador recorre no momento e da forma ditada pelos métodos (Pardal e Correia, 1995).

No decorrer do nosso processo de investigação foi utilizada a análise documental, como a primeira técnica de recolha de dados. Para este efeito, pesquisamos e explorámos bibliografia que nos elucida-se na planificação de um esquema provisório para a investigação. A análise documental foi, numa primeira fase, uma ferramenta fundamental de trabalho pois permite-nos estabelecer e identificar as questões orientadoras da nossa investigação.

Por conseguinte, para complementar a pesquisa bibliográfica foi desenvolvido um processo de observação no interior/exterior da organização para assim ser possível optar pela seleção do objeto de estudo. A forma de observar é bastante diversa e, se antes esta era uma técnica mais rudimentar, hoje conta com novos auxílios de observação que a tornam mais fortalecida enquanto técnica de recolha de dados. Assim, Quivy & Campenhoudt (2005:155) demonstram que a observação “(...) engloba o conjunto das operações através das quais o modelo de análise é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis.”.

Para além da análise documental e da observação, utilizamos ainda o inquérito por questionário¹⁸. Este distingue-se do inquérito por entrevista essencialmente pelo facto de investigador e inquiridos não interagirem em situação presencial, a interação indireta constitui o problema chave que acompanha a elaboração e a administração de um inquérito por questionário. Duas questões devem ser examinadas a esse respeito: o cuidado a ser posto na formulação das perguntas e a forma mediatizada de contactar com os inquiridos (Simões, 2006).

O inquérito por questionário exige especiais atenções uma vez que não há hipótese de esclarecimento de dúvidas no momento de inquirição e os canais de comunicação entre inquiridor e inquirido podem ser vários. Importa ter algumas precauções quando

¹⁸ Ver Anexo III – Inquérito aplicado às Santas Casas da Misericórdia

procedermos à aplicação do questionário que “é por definição, (...) um instrumento rigorosamente estandardizado tanto no texto das questões, como na sua ordem. No sentido de garantir a comparabilidade das respostas de todos os indivíduos, é absolutamente indispensável que cada questão seja colocada a cada pessoa da mesma forma, sem adaptações nem explicações suplementares resultantes da iniciativa do entrevistador” (Ghiglione e Matalon, 1997: 55). São conhecidas um conjunto de vantagens e desvantagens do uso da técnica do inquérito que consideramos ser pertinente referir, e que passamos a apresentar no quadro seguinte:

Tabela 3 – Vantagens e desvantagens do uso do inquérito

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> - Sistematização; - Natureza impessoal e padronizada das perguntas; - Uniformização das respostas o que permite a sua comparação bem como uma maior simplicidade de análise; - Maior rapidez na recolha e na análise dos dados; - Utilização extensiva e estandardizada a grandes universos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca profundidade; - Dificuldade de concepção susceptível de interpretações erróneas, levando à anulação das respostas quando detectadas ou aos enviesamentos das respostas; - Não tem significado estatístico em universos reduzidos.

Fonte: Adaptação própria com base em Ghiglione e Matalon (1997:57)

É uma técnica de observação não participante e corresponde ao mais estruturado e rígido dos tipos de entrevista, visto que nele se recorre a um conjunto de perguntas, sob uma forma e segundo uma ordem prévia estritamente programadas. Quando o inquirido pode responder livremente, no âmbito das perguntas previstas, estas assumem a forma de questões abertas, quando, pelo contrário, o inquirido tem de optar entre uma lista tipificada de respostas, as questões dir-se-ão fechadas (idem).

Existem dois principais tipos de questionários, os estruturados e os abertos. Habitualmente estes últimos tendem a combinar ambos os tipos, com preferência por itens estruturados e algumas questões abertas, produzindo informações com maior diversidade e/ou precisão, porém menos acessíveis à análise estatística) (EuropeAid, cit in Senra, 2014:24). Por sua vez, o autor Rojas (2001, cit in Senra, 2014:24), afirma existirem três tipos de questionários: os abertos (uso de questões abertas, isto é, o inquirido possui liberdade de resposta), os fechados (uso de questões fechadas, ou seja, são questionários mais objetivos), e os mistos (uso de questões abertas e fechadas - o que se aplica ao nosso inquérito).

3.3.2.1. Metodologia de elaboração do inquérito

A realização de uma investigação nesta área permitiu compreender a importância do contributo das Santas Casas da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar. Deste modo, a metodologia proposta possibilitou alargar a análise dos resultados da resposta social ao ano de 2012 a 2013 em Portugal, pretendendo ser um contributo inovador na valorização do papel das cantinas sociais.

O inquérito elaborado foi ajustado à metodologia da CNIS (ver anexo II), cuja autorização para a sua aplicação resultou das reuniões da proponente deste projeto com o Dr. João Dias, Presidente-adjunto da CNIS. A confirmação desta autorização surge no contacto realizado no dia 9 de Maio de 2014, tendo sido enviado um email à proponente deste projeto, o qual refere “(...) mais me solicita que lhe transmita a autorização da CNIS para aplicar o modelo deste questionário¹⁹”.

A partir da amostra da CNIS (resultante da sua avaliação intitulada de “PEA – Cantinas Sociais – Contributo para a avaliação”, de Dezembro de 2012) pretendeu-se a ampliação da aplicação deste inquérito a outras SCM, em particular às dos cinco distritos do norte de Portugal em estudo (mesmo as que não são associadas da CNIS), referente aos anos de 2012 e 2013. Não nos tendo sido possível até à presente data, aceder às respostas das SCM associadas da CNIS²⁰, o que seria bastante benéfico para a investigação, na medida em que possibilitaria haver um cruzamento dos dados.

¹⁹ Ver Anexo IV – Autorização por parte da CNIS para a aplicação do modelo do inquérito por questionário

²⁰ SCM de Famalicão; SCM de Miranda do Douro; SCM de Macedo de Cavaleiros; SCM de Vinhais; SCM da Póvoa de Varzim; SCM de Vila Nova de Gaia; SCM de Arcos de Valdevez; SCM de Chaves; SCM de Mondim de Basto; SCM de Montalegre.

3.3.2.2. Aplicabilidade do inquérito

Uma vez que o inquérito aplicado foi ajustado à metodologia da CNIS não houve a necessidade da realização de um pré-teste, tendo a sua aplicação decorrido no período de 28 de Novembro a 15 de Dezembro, perfazendo um total de 18 dias disponíveis para a resposta ao inquérito.

Numa primeira fase foi efectuado um contacto telefónico, para saber quais as SCM que realmente possuíam cantina social e qual a disponibilidade para participarem no estudo. De seguida, o inquérito foi enviado através de carta e correio eletrónico, acompanhado por um texto explicativo dos objetivos do estudo²¹. As respostas foram recebidas, através da plataforma de recolha de dados, sendo enviada uma mensagem via correio eletrónico de agradecimento pela disponibilidade e tempo dispensado para a resposta às questões solicitadas.

3.3.3. Identificação das Técnicas de Análise da Informação

No decorrer da investigação, e após a recolha de dados, foi necessário escolher os principais procedimentos para o tratamento destes. No nosso estudo, apesar de termos utilizado só o inquérito por questionário como técnica para a recolha de informação, foi necessário optar por dois tipos de análise de resultados. Para tal, e face ao tipo de métodos seleccionados, optamos por uma análise em SPSS (versão 20 (c) IBM Corp. (c) SPSS (r) STATISTICS), através de uma aplicação de tratamento estatístico de dados, e uma análise qualitativa, ou seja, a análise de conteúdo das questões de resposta aberta elaboradas no inquérito por questionário.

O SPSS constitui uma ferramenta informática que permite realizar cálculos estatísticos complexos, visualizar resultados de forma rápida permitindo-nos, assim, uma apresentação e uma interpretação sucinta dos resultados obtidos no que diz respeito à análise dos inquéritos por questionário que apresentam um grande número de respostas pré-codificadas, não tendo significado em si mesmo, senão depois de analisadas em conjunto através do SPSS. Este permite-nos, quanto ao modo de apresentação dos dados quantitativos, que estes se figurem sob a forma de tabelas e quadros numéricos e sob a

²¹ Ver Anexo V – Exemplar de carta enviada às Santas Casas da Misericórdia

forma de gráficos, mostrando as características mais marcantes da distribuição frequencial e do relacionamento das variáveis, bem como a sua correlação (Duarte, 2004: 57).

A análise de conteúdo mostra-se de extrema importância nas ciências sociais pelo facto de permitir tratar informações complexas de modo metódico e com profundidade (Quivy & Campenhoudt, 1998). Neste sentido, a análise de conteúdo “incide sobre a captação de ideias e de significações da comunicação, eventualmente sobre as condições teórico – ideológicas de produção” (Almeida e Pinto, cit in Pardal e Correia, 1995: 73). Segundo Berelson (1952, cit. in Carmo e Ferreira, 1998: 251) é definida como uma “técnica de investigação que permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objectivo a sua interpretação”. Por fim, a análise de conteúdo não é apenas a definição e exposição dos dados obtidos mas é também a “(...) inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), com a ajuda de indicadores (quantitativos ou não)” (Carmo e Ferreira, 1998: 252).

CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Após uma apresentação devidamente justificada dos métodos e das técnicas seleccionadas para a recolha de informação, importa agora fazer a discussão e a análise dos resultados. “A interpretação dos resultados é uma etapa difícil que exige um pensamento crítico da parte do investigador” (Fortin, 1999:329). Neste ponto, pretendemos apresentar e interpretar os dados obtidos decorrentes da nossa investigação, para tal, e face ao tipo de métodos seleccionados, optamos por uma análise em SPSS (versão 20 (c) IBM Corp. (c) SPSS (r) STATISTICS), através de uma aplicação de tratamento estatístico de dados, e uma análise qualitativa, ou seja, a análise de conteúdo das questões de resposta aberta elaboradas no inquérito por questionário.

Da sua análise resultam notas conclusivas que nos permitem responder à nossa questão orientadora e confirmar ou refutar as nossas hipóteses. Como foi referido anteriormente a amostra seleccionada para esta investigação obedecia a critérios estabelecidos *à priori* pelo investigador (amostra aleatória).

4. Apresentação/ Análise dos Resultados do inquérito por questionário

A análise do material empírico permitiu avaliar o contributo das Santas Casas da Misericórdia na concretização ao Programa de Emergência Alimentar, em particular as IPSS dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, assim como analisar a correlação entre os indicadores sociais e a procura nas cantinas sociais. Deste modo, a metodologia proposta possibilitou alargar a análise dos resultados da resposta social das cantinas sociais da SCM ao ano de 2012 a 2013 em Portugal, pretendendo ser um contributo inovador na valorização do papel das mesmas.

O questionário guiou-se por cinco objetivos principais. O primeiro objetivo pretendia recolher informação sobre o território abrangido pelas cantinas sociais. O segundo visava o conhecimento dos canais de produção das refeições. O terceiro averiguava a o local de consumo das refeições. Sendo que o quarto e o quinto objetivos pretendiam analisar a adequabilidade da oferta à procura e aferir o grau de envolvimento da instituição na sinalização dos utentes.

4.1. Amostra

Figura 2 – Mapa de Portugal por distritos e regiões autónomas (2015)



Fonte: Mapas de Portugal²²

Num universo de aproximadamente 400 SCM (UMP, cit in Enes, 2013:16) existentes no território nacional, optou-se por centrar o estudo naquelas que dizem respeito à área dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real²³. Das 62 SCM que constituem estes cinco distritos do norte de Portugal, 36 aceitaram participar na presente investigação²⁴.

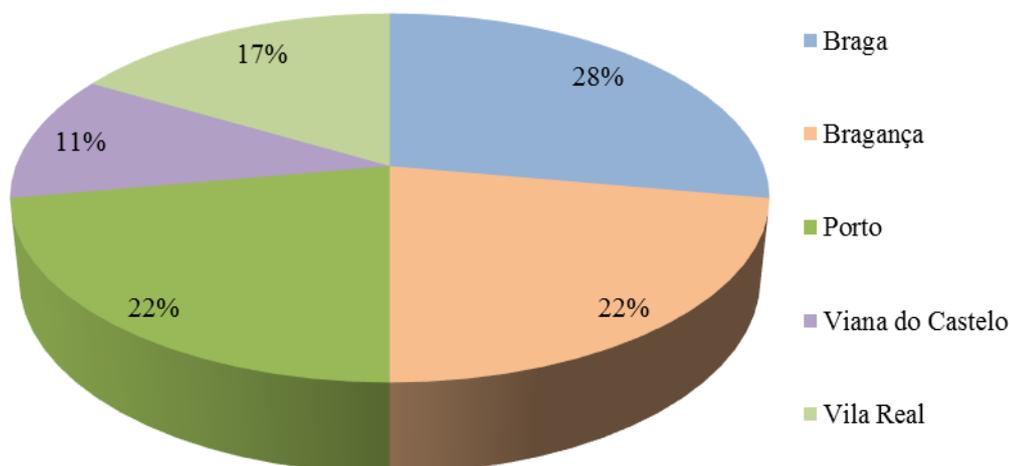
O distrito de Braga é o que apresenta maior número de SCM inquiridas, com um total de 10 IPSS (28%). Seguindo-se de Bragança e Porto, ambos com 8 instituições inquiridas (22%), e Vila Real com 6 SCM inquiridas (17%). Por sua vez, o distrito de Viana do Castelo é o que expõe um menor número de participantes no estudo, com um conjunto de 4 IPSS (11%). De uma leitura regional dos dados podemos concluir uma maior concentração das instituições no litoral (Braga, Porto e Viana do Castelo), em relação ao interior (Bragança e Vila Real), numa ordem de grandeza de 22 para 14 instituições, respectivamente.

²² http://www.mapas-portugal.com/Mapa_Distritos_Portugal.htm - acedido em fevereiro de 2015

²³ Ver Anexo VI – Número de Santas Casas da Misericórdia dos distritos que participaram no estudo com cantina social

²⁴ Ver Anexo VII - Listagem de Santas Casas da Misericórdia inquiridas

Gráfico 4 – Distribuição geográfica das Santas Casas da Misericórdia inquiridas por distrito - 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

Perante os dados dos Censos 2011²⁵, as SCM analisadas (com base nos concelhos correspondentes) abrangem um total de população residente de 1.932.585 pessoas. Destas, 1.782.112 (92%) residem nos distritos do litoral e 150.473 (8%) residem nos distritos do interior.

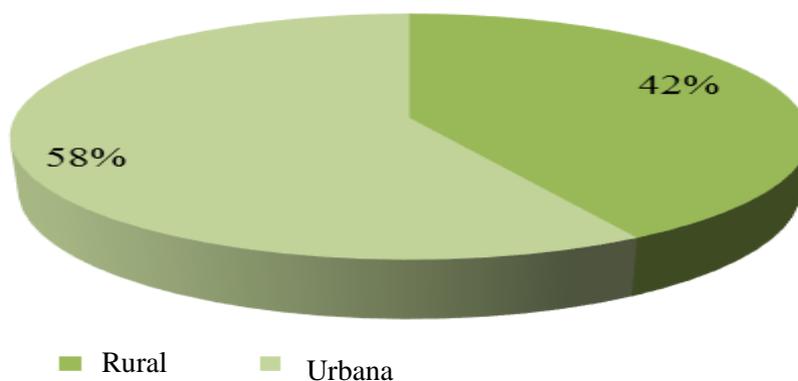
4.2. Condições de funcionamento das cantinas sociais

4.2.1. Implantação das cantinas sociais

Das SCM inquiridas, 21 (58%) dizem-se em território urbano e 15 IPSS (42%) abrangem um meio especialmente rural (Gráfico 5). Estes dados corroboram uma relação entre as valências litoral - território urbano e interior – território rural, onde se pode deduzir que áreas rurais/interiores carecem de maior apoio das cantinas sociais em comparação entre o rácio populacional da área urbana/litoral e o número de cantinas sociais correspondentes. Assim, a implantação das cantinas sociais não acompanha o número populacional das áreas concelhias analisadas, mas antes uma tendência de aumento segundo a ruralização do território.

²⁵ Ver Anexo VIII - Número de população residente por distrito

Gráfico 5 – Distribuição geográfica de cantinas por área urbana e rural - 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

4.2.2. Refeições

4.2.2.1. Confeção das refeições

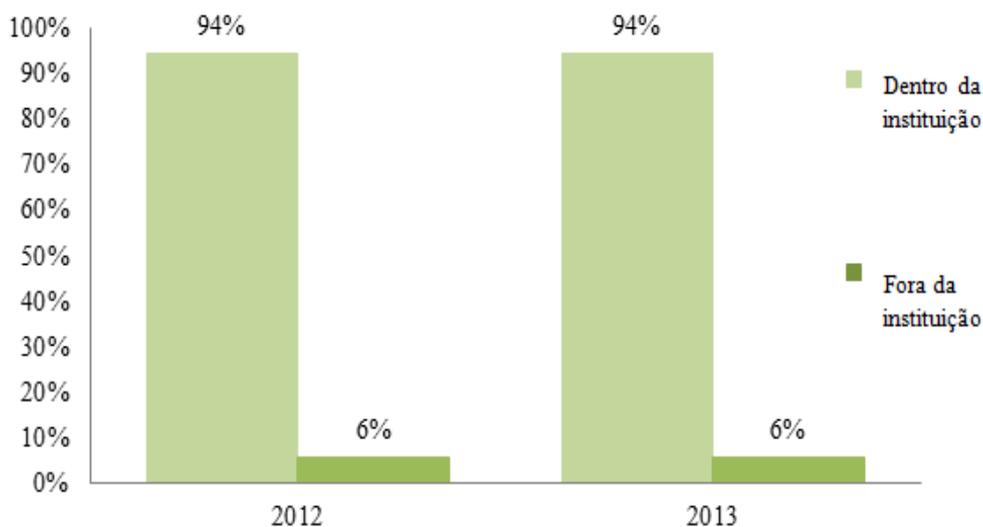
A confeção e disponibilização de refeições pressupõem uma estrutura já existente e em funcionamento para outra(s) resposta(s) social (ais), que não recorria, nem recorre à prestação de serviços, do que é designado por «catering» (Protocolo de colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde, 2013:2).

Das SCM em estudo 94% (34) refere que, no ano de 2012, as refeições são confeccionadas nas suas instalações, com exceção da SCM de Caminha (em 2012 ainda não havia aderido ao PEA) e da SCM de Braga (cujas refeições são confeccionadas por “empresas da especialidade”).

No ano de 2013 mantém-se o número de SCM em que as refeições servidas são confeccionadas na instituição (94%). Duas IPSS (6%) deixaram de confeccionar as refeições, nomeadamente a SCM de S. Miguel de Refojos (que abandonou provisoriamente o PEA) e a SCM de Vieira do Minho. Ficam de fora da abrangência do

PEA, pelos Censos de 2011, 29707 pessoas residentes nos concelhos de Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto.

Gráfico 6 – Local de elaboração das refeições servidas pela cantina social – 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

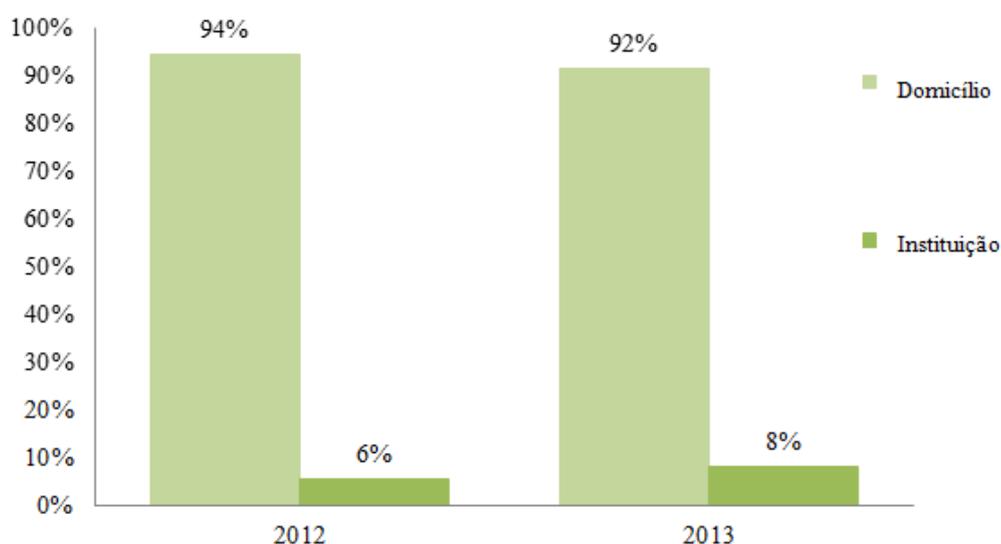
4.2.2.2. Consumo das refeições

De acordo com o Protocolo de Colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde (2013:2), o pressuposto base do PEA, é garantir às pessoas e/ou famílias, o acesso às refeições, independentemente, do seu consumo ser efectuado no domicílio, ou em meio institucional. Contudo, a regra será a disponibilização das refeições para consumo no domicílio. Excepcionalmente, será possível o consumo de refeições e permanência em meio institucional, se este dispuser do que é designado por *resposta aberta* – como por exemplo, centro comunitário, centro de convívio, entre outros.

Com excepção de duas IPSS (6%), no ano de 2012, 34 SCM disponibilizam as refeições para consumo no domicílio (94%). Das situações excepcionais, uma respeita ao fornecimento de refeições nas instalações da própria instituição, e outra deve-se ao facto

da SCM de Caminha ainda não ter aderido ao PEA. Em 2013, há um pequeno decréscimo para 33 IPSS (92%), em que as refeições são para consumo no domicílio e para 8% (3 SCM) em que essa situação não se verifica (neste caso, há exceção da SCM de S. Miguel de Refojos que deixou de ter em funcionamento a sua cantina social, as outras duas SCM cujo motivo não foi adiantado).

Gráfico 7 – Local de consumo das refeições – 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

4.2.2.3. Número de refeições contratualizadas

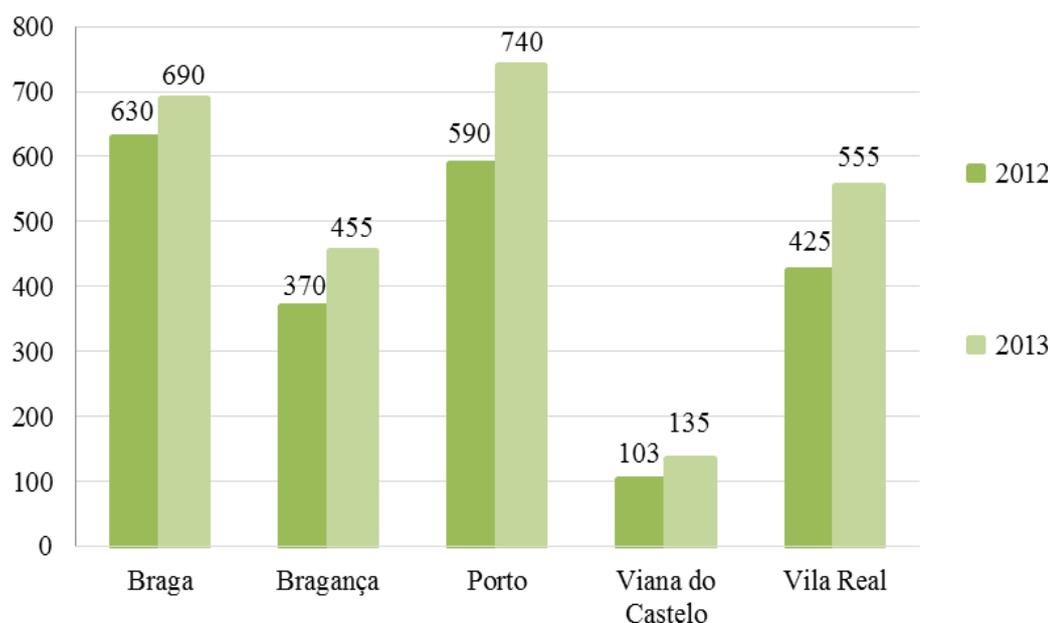
O Programa de Emergência Alimentar traduz-se numa Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite assegurar às pessoas e/ou famílias que mais necessitam o acesso a refeições diárias gratuitas (entre almoço e jantar, para consumo externo, devendo o número de dias - cinco ou sete - depender do modelo de funcionamento da Resposta Social que lhe dá suporte), cujo número, dada a sua duração anual e natureza transitória, será definido de acordo com as características específicas do equipamento social que o vai operacionalizar (União das Misericórdias Portuguesas, 2012:2).

De 2012 a 2013 registou um acréscimo de 21,6 % do número de refeições/dia por cantina social. Verifica-se um aumento das 2.118 refeições (tendo-se registado três instituições que não responderam a este item, duas pertencentes ao distrito de Viana do

Castelo e uma ao distrito de Bragança) para as 2.575 (não sendo novamente obtida resposta de duas SCM, uma pertencente ao distrito de Braga e outra ao de Viana do Castelo).

Os distritos do litoral apresentam maior número de refeições/dias, mas confirma-se a maior carência dos distritos do interior no apoio das cantinas sociais em função do quantitativo populacional. As refeições contratualizadas não acompanham tendências demográficas, pois territórios menos povoados – como Bragança e Vila Real – apresentam números consideráveis de refeições atribuídas.

Gráfico 8 – Distribuição geográfica do número de refeições contratualizadas por distrito (2012/2013)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

Um ponto importante de destacar nesta análise diz respeito à evolução no número de refeições por distrito²⁶. Relativamente ao distrito de Braga²⁷ destacam-se a Santa Casa da Misericórdia de Amares, Guimarães e Vila Verde, passando de 65 para 100 refeições contratualizadas, e a Santa Casa de S. Miguel de Refojos, que no ano de 2013 suspende

²⁶ Ver Anexo IX – Evolução no número de refeições

²⁷ Ver Anexo IX – Evolução no número de refeições - Gráfico 15

a cantina social. No distrito de Bragança²⁸, distingue-se a Santa Casa da Misericórdia de Vinhais, que no ano de 2013 vê aumentar o número de refeições de 65 para 100, e a Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo, na qual o número de refeições contratualizadas diminui de 65 (em 2012) para 25 no ano de 2013. Em relação ao distrito de Bragança, importa referir que no ano de 2012 a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor ainda não tinha em funcionamento a resposta de cantina social.

Porto²⁹ e Vila Real³⁰ são os distritos a onde se destacam as duas IPSS com maior crescimento no que se refere ao número de refeições contratualizadas. A Santa Casa da Misericórdia da Maia passou de 65, no ano de 2012, para as 145 refeições no ano seguinte e a Santa Casa da Misericórdia de Chaves aumentou para 200 as refeições contratualizadas no ano de 2013. Por fim, analisando o distrito de Viana do Castelo³¹, das IPSS inquiridas a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez é a que apresenta um maior número de refeições contratualizadas, mantendo o mesmo número nos dois anos consecutivos.

Importa referir que a Santa Casa da Misericórdia de Caminha em 2012 ainda não possuía cantina social e a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima não respondeu a este item no questionário.

Em termos comparativos, o ano de 2013 apresenta uma tendência genérica de aumento do número de refeições contratualizadas em relação a 2012, apenas com excepção da Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo.

4.2.2.4. Número de refeições contratualizadas face à procura

Actualmente são muitas as famílias que vivem momentos difíceis, enredados nas teias do desemprego, da desestruturação social, da exclusão e da pobreza. Todos estes factores poderão contribuir para que a procura às cantinas sociais seja cada vez mais elevada, e as SCM não fogem à regra.

²⁸ Ver Anexo IX – Evolução no número de refeições - Gráfico 16

²⁹ Ver Anexo IX – Evolução no número de refeições - Gráfico 17

³⁰ Ver Anexo IX – Evolução no número de refeições - Gráfico 18

³¹ Ver Anexo IX – Evolução no número de refeições - Gráfico 19

Uma das questões com que as IPSS se debatiam neste inquérito, prendia-se ao facto do número de refeições contratualizadas ser suficiente ou não face à procura. No que se refere ao ano de 2012, 47% (17 instituições) responderam que sim e 19 SCM (53%) consideram insuficiente. Em 2013 verificou-se uma situação muito semelhante, passamos a ter 50% das IPSS (18 SCM) a afirmarem que o número de refeições é suficiente face à procura e outra metade a considerar insuficiente.

Gráfico 9 – Adequação do número de refeições face à procura (2012/2013)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

Quando inquiridas se existia lista de espera, a partir da análise da tabela abaixo (Tabela 4), é possível verificar que no ano de 2012 o distrito do Porto foi o que apresentou uma maior lista de espera (17%), situação que se manteve no ano de 2013. Relativamente aos distritos que não exibiam lista de espera, no ano de 2012 observamos o distrito de Bragança e em 2013 Braga e Vila Real, ambos com uma percentagem de 11% cada.

Importa referir que o Distrito de Bragança, no ano de 2012, foi o que apresentou a maior percentagem de SCM a referirem que não possuíam lista de espera. Em 2013, as SCM de Bragança colocam o nome do distrito no segundo lugar daqueles que detinham maior lista de espera.

Tabela 4 – Lista de espera nas cantinas sociais por percentagem afirmativa, negativa e sem resposta (2012/2013)

Distrito	Lista de espera					
	2012			2013		
	Sim (%)	Não (%)	Sem resposta (%)	Sim (%)	Não (%)	Sem resposta (%)
Braga	13,8%	5,6%	8,3%	8,3%	11%	8,3%
Bragança	2,8%	11%	8,3%	11,1%	5,6%	5,6%
Porto	16,7%	5,6%	0%	16,7%	2,8%	2,8%
Viana do Castelo	0%	5,6%	5,6%	5,6%	2,8%	2,8%
Vila Real	2,8%	8,3%	5,6%	0%	11%	5,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

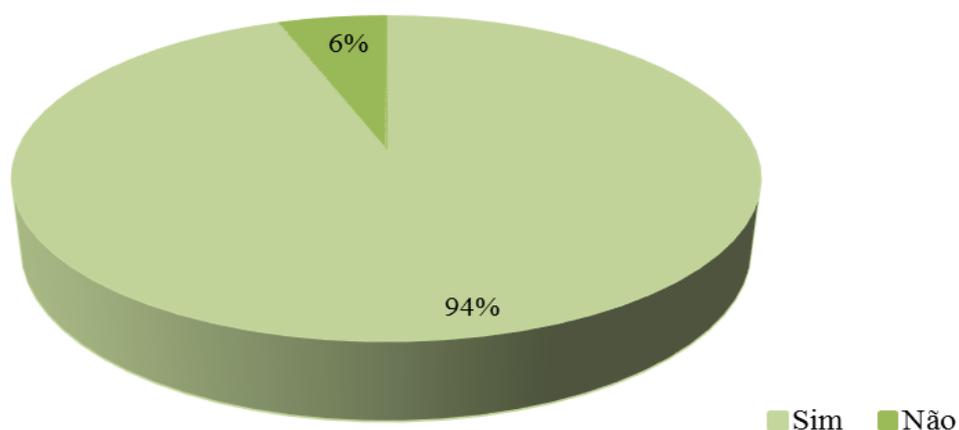
Os resultados não se apresentam conclusivos em relação a uma possível correlação entre o território urbano e o território rural e o número de refeições necessárias.

4.2.2.5. Condições de acesso dos beneficiários, conforme previsto na Cláusula IX do Protocolo celebrado com os serviços da Segurança Social

Do total das SCM que participaram no estudo, 94% considera que o perfil definido para os beneficiários da cantina social encontra-se adequado à realidade social e económica. Mesmo assim, julga-se importante analisar as sugestões apresentadas pelas duas IPSS que consideraram o perfil dos beneficiários não estava adequado à realidade social, isto é, que não estavam cobertas todas as situações de fragilidade social pelo apoio das refeições (Gráfico 10).

As sugestões apresentadas foram relativas a famílias empregadas com filhos ou idosos a cargo com pouca autonomia financeira, famílias com baixos rendimentos com três ou mais filhos a cargo, famílias com despesas de saúde de elevado valor, situações de pessoas sem qualquer tipo de rendimento e que não se podem candidatar ao Rendimento Social de Inserção.

Gráfico 10 – Instituições com Protocolo que engloba todas as situações que necessitam de apoio alimentar – 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

4.3. Relacionamento com os serviços da Segurança Social

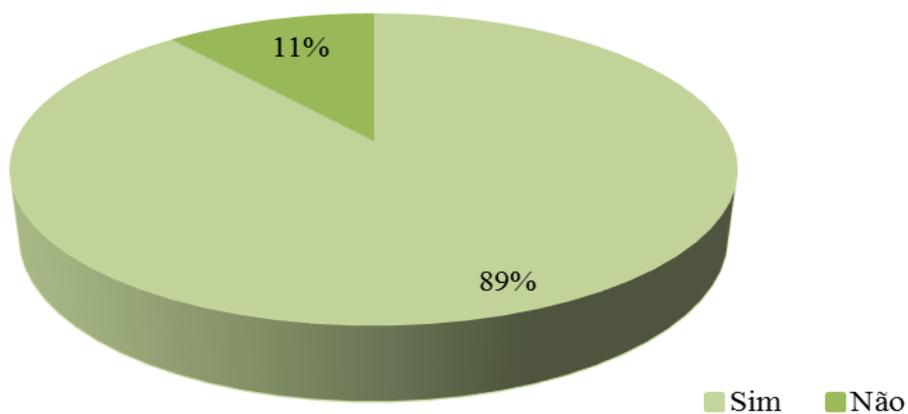
4.3.1. Na sinalização dos utentes

A partir da análise do Gráfico 11 verifica-se que existe articulação na sinalização dos utentes entre os serviços da Segurança Social e as SCM. Num total de 36 IPSS, apenas 4 SCM referem que não são chamadas a participar na análise das situações candidatas à cantina social.

Por outro lado, e perante situações sociais sinalizadas pelas SCM, 35 IPSS (97%) referem que os serviços da Segurança Social consideram as suas referências. Este dado reflete a qualidade técnica e humana da análise que as IPSS fazem da realidade social e económica.

Como refere o estudo realizado pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (2012:10), estes dois factos, por um lado o envolvimento das IPSS na análise das situações sociais apresentadas pelos serviços distritais da Segurança Social e por outro lado o reconhecimento das situações por elas sinalizadas, são uma das mais importantes condições para o sucesso do desenvolvimento desta medida. O respeito entre os parceiros e a consciência da gravidade da situação de emergência social tem proporcionado práticas articuladas de sucesso, que certamente importa replicar em toda a cooperação (ibidem).

Gráfico 11 – Santas Casas da Misericórdia que participam na análise da situação sócio familiar dos beneficiários da cantina social – 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

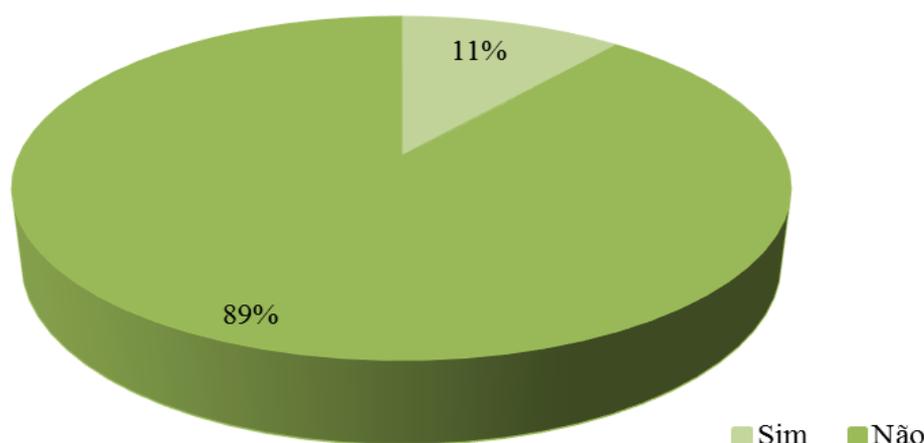
4.3.2. Pagamento das refeições

4.3.2.1. Exigências da resposta social

Quando inquiridas quanto às exigências acrescidas no pagamento das refeições às cantinas sociais por oposição a outras respostas sociais, a maioria das SCM (89% das IPSS) responde negativamente (Gráfico 12). As quatro instituições que respondem afirmativamente (duas pertencentes ao distrito de Braga e duas a Vila Real) elencaram as seguintes exigências acrescidas:

- O envio de mapas mensais à Segurança Social, incluindo o NISS (Número de Identificação da Segurança Social) dos beneficiários;
- A isenção no pagamento das refeições, sendo fornecida gratuitamente aos utentes desta resposta social.

Gráfico 12 – Pagamento das refeições com exigências similares às outras respostas sociais – 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

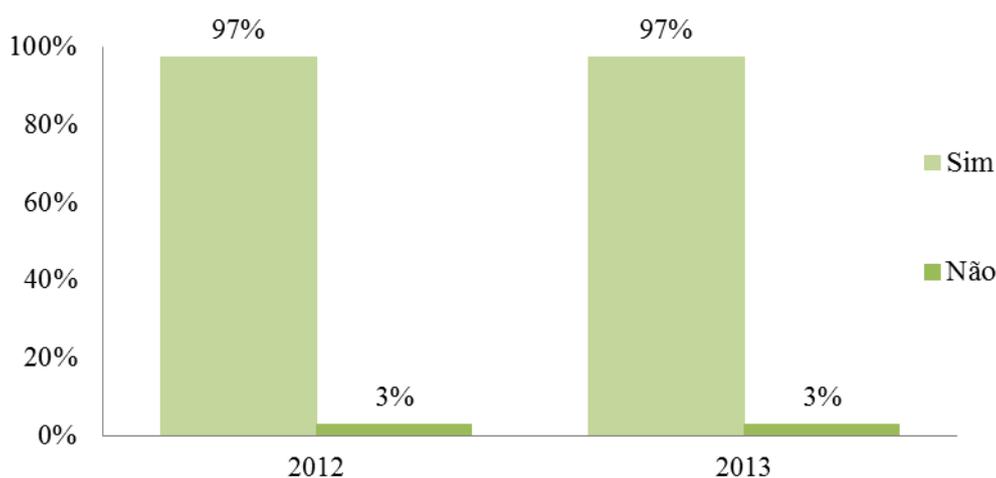
4.3.2.2. Regularização do pagamento das refeições

Segundo a União das Misericórdias Portuguesas (2012), o Protocolo de colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e as entidades representativas do sector (CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades) refere que, a comparticipação financeira do Estado, a título de valor de referência, corresponde ao montante unitário de 2,50€, podendo ser cobrado um valor por refeição, consoante os rendimentos das famílias, até 1€, mediante critérios a definir pela instituição.

A maioria das SCM (97%) afirma que no ano de 2012 e 2013 está a ser cumprido atempadamente o pagamento do valor atribuído pelo PEA. Os 3% correspondem a instituições que ainda não tinham aderido (2012 – Santa Casa da Misericórdia de

Caminha) ou tinham abandonado o programa (2013 – Santa Casa da Misericórdia de São Miguel de Refojos).

Gráfico 13 – Santas Casas da Misericórdia nas quais o PEA cumpriu o pagamento atempado das refeições – 2012/2013 (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

4.4. Avaliação da perceção à resposta social

Acompanhando o que tinha sido referido pelas IPSS associadas da CNIS (que em 2012 haviam participado no estudo) a maioria das SCM considera a cantina social como uma medida positiva de apoio a um grupo cada vez maior de pessoas com carências alimentares, minorando o impacto social da atual crise económica. Apenas uma Misericórdia avaliou esta resposta social como sendo pouco significativa.

As IPSS inquiridas consideraram esta medida com impacto considerável para:

- Os beneficiários, garantido o suprimento das necessidades básicas alimentares, tanto a nível individual como familiar. No que respeita a nível familiar, colmatando algumas necessidades do agregado, com filhos a cargo e com encargos mensais que não conseguem cumprir. Prevenindo deste modo, como refere o estudo da CNIS (2012), situações de ruptura familiar especialmente em famílias com crianças/jovens a cargo, que poderiam ser objecto de intervenção de promoção e proteção, por falta de condições socioeconómicas capazes de

garantir o acesso a refeições equilibradas e conducentes ao seu pleno desenvolvimento;

- As instituições, cuja cantina social é mais um instrumento de ação no apoio aos indivíduos e famílias. As SCM avaliam esta resposta social como muito ágil, na medida em que permite a optimização de recursos (humanos, materiais ou financeiros) e a existência de parcerias interinstitucionais (exigindo uma intervenção bastante articulada).

Algumas IPSS, embora considerem a medida como tendo um impacto positivo, referem que esta fica aquém das necessidades dos seus beneficiários. A maioria das instituições inquiridas sustentam que os utentes/famílias não necessitam apenas de apoio alimentar, mas sobretudo de respostas no sentido de garantir que a sua situação social pode ser alterada, nomeadamente, através reinserção no mercado de trabalho, melhoria das condições habitacionais, maior apoio nas questões de saúde, aumento dos seus níveis de auto-estima.

A maioria das SCM menciona, ainda, como impacto negativo, a médio e longo prazo, a dependência dos beneficiários face a esta resposta social, defendendo a promoção do seu empoderamento e a consequente melhoria da sua condição social. Afirmam ainda que os indivíduos/famílias acomodam-se a esta situação, não procurando alternativas construtivas em termos de futuro, nem pretendendo autonomizar-se, tornando-se subsidiários de grande parte das respostas sociais disponibilizadas pela comunidade, muitas das vezes acumulando ajuda de vários organismos e instituições.

Tendo em conta a actual crise económico-financeira que o país enfrenta, algumas SCM consideraram que o valor de 2,5 €/refeição não cobre os custos de produção, afirmando aumentos na procura e diminuição do apoio financeiro por parte da Segurança Social, ficando as refeições extra protocoladas a cargo das instituições. Como inconvenientes mencionaram a dificuldade de acesso a algumas áreas, especialmente em zonas rurais, confirmando uma relação entre a carência de apoio e meios rurais de difícil acesso/grande isolamento.

Os “novos pobres” são uma das inquietações referidas por estas IPSS. Consideram que o programa não está a conseguir abranger nem responder às pessoas/famílias com novas

situações de pobreza ou “pobreza envergonhada”, considerando fundamental haver uma articulação entre todas as entidades, de modo a que aquelas que conhecem estas realidades as possam referenciar, para as poderem combater.

4.5. Sugestões de melhoria para o futuro

Para uma melhor compreensão neste ponto optou-se por uma análise qualitativa, ou seja, a análise de conteúdo das respostas de questão aberta presentes no questionário. Segundo Berelson é definida como uma “técnica de investigação que permite fazer uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por objectivo a sua interpretação” (1952 *cit. in* Carmo e Ferreira, 1998: 251). Contudo, este tipo de análise exige um distanciamento em relação aos nossos valores e representações sociais para que não se proceda à distorção dos dados recolhidos. Assim, adequamos o tipo de análise de dados ao tipo de método utilizado.

Foram diversas as sugestões de melhoria apresentadas pelas SCM, e como tal, para uma maior simplificação na leitura dos resultados, optou-se por as agrupar em três grupos: as centradas na articulação com a Segurança Social, as focadas na articulação entre instituições e aquelas cuja lógica se centra na instituição e funcionamento da medida (Tabela 5).

Tabela 5 – Sugestões de melhoria para o futuro

Na articulação com a Segurança Social:
<ul style="list-style-type: none">- Melhor esclarecimento da Segurança Social sobre o funcionamento da resposta;- Alargamento da resposta social sem impor limites máximos;- Realização de avaliações periódicas por parte de quem as encaminha;- Agilização dos pagamentos relativamente a prazos e a documentos processuais;- Alargar o acordo, rapidamente para responder à procura;- Acompanhar tecnicamente o programa, no terreno, com o objectivo de medir o impacto da medida e promover o empoderamento dos beneficiários.

Na articulação com a Segurança Social:

- Maior articulação com as instituições locais, de forma a encaminhar e acompanhar as famílias na formação, trabalho voluntário ou mesmo no reingresso ao mercado de trabalho;
- Envolvimento das juntas de freguesia e/ou outras instituições, no sentido de desenvolver parcerias, sinalizando as situações e apoiando na logística (marmitas, transportes, apoio na habitação, entre outros);
- Maior inter-relação entre as entidades na sinalização dos beneficiários, acompanhamento e avaliação das necessidades;
- Desenvolver parcerias, sobretudo no meio rural, para que as dificuldades de acesso físico/geográficas sejam minimizadas.

Na instituição e funcionamento da medida:

- Aumento do número de beneficiários abrangidos pelo acordo;
- Maior número de refeições por dia para os casos mais urgentes;
- Aumento do valor pago por refeição, de modo a ser garantida uma resposta mais alargada e sustentada, face às exigências do programa;
- Equacionar soluções para as dificuldades de mobilidade/deslocação dos beneficiários que habitam em meio rural;
- Atribuição de um subsídio alimentar às famílias beneficiárias (no valor do que é pago à cantina social) de modo a poderem confeccionar as próprias refeições na sua habitação, sem terem de se deslocar à IPSS;
- Sessões de formação, nomeadamente, gestão doméstica e técnicas de procura de emprego;
- Estender-se a outras áreas para além do campo alimentar.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Conclusões

A atual conjuntura económica e política está a produzir transformações na organização do consumo das famílias e, em particular, no seu consumo alimentar. Com o despoletar da crise em 2008, muitas famílias portuguesas passaram a enfrentar acrescidas (ou novas) dificuldades económicas, representando um agravamento das suas condições de vida e bem-estar.

O desemprego, os baixos salários e pensões, os cortes em importantes prestações e apoios sociais, estão a repercutir-se num generalizado empobrecimento de quem tem como única fonte de rendimento o seu trabalho ou a sua reforma, ao mesmo tempo que a pobreza e a exclusão social estão a assumir dimensões preocupantes. É neste âmbito que se destacam as cantinas sociais, através do surgimento do Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais.

Este relatório traduz as atividades desenvolvidas no programa referido, que decorreram durante 4 meses na instituição acolhedora SCM de Vila Verde, a qual integra a rede mencionada.

No âmbito das atividades, o objetivo circunscreveu-se a determinar o contributo das Santas Casas da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar. Nesse contexto, foi feita a revisão da literatura em domínios temáticos, tais como desigualdades sociais, pobreza, exclusão social, cantinas sociais, entre outros. Como também, as áreas geográficas de incidência das cantinas sociais. Simultaneamente identificou-se os canais de produção das refeições (própria ou catering) e o respetivo local de consumo das mesmas.

Houve também a preocupação em determinar a adequabilidade da oferta de refeições contratualizadas à procura, em contexto de crise, e averiguar o grau de envolvimento da instituição na sinalização dos utentes.

As SCM de Portugal, pelo seu papel no combate à pobreza, revelaram-se importantes instrumentos de proximidade na prestação de cuidados às populações.

Foram cinco os distritos estudados, o que corresponde a um numerário populacional, por concelhos, de aproximadamente 2 milhões de pessoas, distribuídas do litoral ao interior. Nomeadamente nos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

A amostra considerada foi de 36 IPSS, tendo sido possível determinar que a distribuição geográfica das refeições se predomina essencialmente em área urbana (58% das SCM), verificando-se uma maior concentração no litoral em relação ao interior, numa ordem de grandeza de 22 para 14 instituições, respectivamente.

Constatou-se, ainda, que a grande maioria das IPSS inquiridas revelam que a confecção das refeições é realizada nas suas próprias instituições, conforme o estabelecido no Protocolo de Cooperação entre o ISS, I.P. e as respectivas Santas Casas da Misericórdia, cuja confecção e disponibilização das refeições pressupõem uma estrutura já existente e em funcionamento para outra(s) resposta(s) social(ais). Sendo a SCM de Braga a única instituição onde as refeições são confeccionadas por “empresas da especialidade”.

Na mesma linha, seguindo as recomendações do Protocolo de Cooperação entre o ISS, I.P. e as respectivas Santas Casas da Misericórdia, averiguou-se, que praticamente a totalidade das refeições são consumidas no domicílio. De acordo com o mesmo Protocolo, excepcionalmente é possível o consumo das refeições em meio institucional, (se este dispuser do que é designado por *resposta aberta* – por exemplo um centro comunitário, centro de convívio, entre outros) o que se verificou durante o ano de 2012 na SCM de São Miguel de Refojos.

As SCM contactam com a população local o qua possibilita o conhecimento das características socio-económicas das populações, incrementando eficiência na distribuição de apoios estaduais, como é o caso das Cantinas Sociais. Aproveitar a estrutura criada pelas SCM afigura-se uma solução prática e eficiente no incremento de níveis de equidade.

Aferiu-se que durante o ano de 2012 para 2013 registou-se um acréscimo de 21,6% do número de refeições/dia por cantina social, aumentando das 2.118 para as 2.575 refeições. O aumento do número de refeições contratualizadas, nos anos de 2012/2013, apresenta-se como um dado inegável de eficácia e acompanhamento da estrutura das SCM à procura de utentes. Não se verificou uma concordância entre o número de população e o número de refeições contratualizadas, mas observamos uma clara beneficiação de concelhos menos populosos, mas com iguais urgências, como é o caso dos do interior.

Tendo em conta a actual crise económico-financeira que o país enfrenta, algumas SCM consideraram que o valor de 2,5 €/refeição não cobre os custos de produção, afirmando aumentos na procura e diminuição do apoio financeiro por parte da Segurança Social, ficando as refeições extra protocoladas a cargo das instituições. Como inconvenientes mencionaram a dificuldade de acesso a algumas áreas, especialmente em zonas rurais, confirmando uma relação entre a carência de apoio e meios rurais de difícil acesso/grande isolamento.

Verificou-se, ainda, que a quase totalidade das SCM inquiridas (97%) se envolve de forma activa na sinalização dos utentes, confirmando a relevância das instituições no Programa de Emergência Alimentar. Destacamos, desde logo, avisos sobre o perigo de acomodação das populações em relação aos apoios sociais, não se incrementando, a par das Cantinas Sociais, noções de auto-sustentabilidade ou mesmo apoios educativos no que à saída da precaridade diz respeito. Tal aspecto é relevante, pois apenas com políticas de integração, emprego e solidariedade social abrangentes, preocupadas e atentas, se consegue resolver desigualdades e carências profundas como aquelas que abrangem os antigos e, também, os silenciosos “novos pobres”.

Conclui-se que o Programa de Emergência Alimentar é uma estratégia dinamizadora de apoio às cantinas sociais das Santas Casas da Misericórdia no combate à pobreza extrema e à exclusão social nos distritos de Braga, Bragança, Porto, Vila Real e Viana do Castelo.

5.2. Condicionalismos e Perspectivas de Continuidade

Ao longo da realização deste estudo foram encontradas algumas limitações.

A escassez de recursos bibliográficos condiciona qualquer estudo científico com pendor teórico e de apoio à prática. Tratando-se de um tema emergente, com a existência de poucos trabalhos na área, tivemos, assim, de recorrer a estudos semelhantes, uma vez que o tema é genericamente pouco estudado pela comunidade científica.

Por condicionantes de tempo para a realização do relatório de estágio, não houve possibilidade de se averiguar as características sobre o perfil do beneficiário das cantinas sociais (faixa etária, sexo, composição do agregado familiar, por exemplo), cuja leitura e comparação inovaria as abordagens e conclusões retiradas. Podendo estimular o alargamento a outras temáticas, num futuro próximo será pertinente a integração de dados acerca do perfil do beneficiário, reajustando as questões e integrando outras.

O critério geográfico que orientou a amostra poderá revelar outro condicionalismo, na medida em que se optou pelo Norte, nos seus cinco distritos, para ampliar o estudo da CNIS. Numa perspetiva de continuidade, aponta-se a pertinência para o alargamento da investigação ao território nacional, no continente e ilhas.

Das 36 SCM inquiridas 10 são associadas da CNIS, não tendo sido possível até ao momento aceder aos dados obtidos pela CNIS relativamente a estas instituições. A possibilidade de num futuro próximo poder haver um cruzamento dos resultados obtidos da presente investigação com os resultados da CNIS, no que respeita às 10 SCM inquiridas em ambos os estudos e até mesmo às restantes associadas, possibilitará retirar novas conclusões e alargar a resposta social das cantinas no combate à pobreza não só às SCM como em outras instituições.

Nesse sentido, para investigações futuras seria interessante aferir algumas questões, noemadamente: Serão as condições do agregado familiar alvo da devida vigilância pelos que atribuem as refeições? As refeições das cantinas sociais chegam aos mais carenciados, mesmo que isolados geograficamente? Entre outras.

Tentar perceber se a crise económico-financeira actual agudizou ou não as necessidades das famílias é algo que, a longo prazo, tornar-se-á mais nítido. Temos dificuldades em perceber se, no caso do interior, as necessidades de apoio no acesso às refeições básicas se conecta à situação conjectural (a crise) ou a políticas de natureza estrutural que têm vindo a esvaziar o interior de recursos no apoio às classes mais desfavorecidas, quer pelo economicismo das instituições públicas, quer através das opções de índole governativa que privilegiam a desertificação crescente das últimas décadas. Poderemos também questionar-nos sobre uma maior dotação do litoral – nos seus concelhos mais populosos – de outros instrumentos de combate à pobreza, directamente relacionados com a já referida rede estrutural de desigualdades de que Portugal sofre pela tradição centenária de litoralização da economia e dos recursos produtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, S. (1996), *Os Sem-Abrigo: (Sobre) vivências de rua*, in H. Carmo, (Coord.) et al., *Exclusão Social – Rotas de Intervenção* Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- AMARO, R. (2003), *Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, Cadernos de Estudos Africanos.
- BUREAU INTERNACIONAL DO TRABALHO (2003), *A luta contra a pobreza e exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional contra a pobreza*, Genebra S/ ED.
- BENTO, A. & BARRETO, E. (2002), *Sem Amor – Sem Abrigo*, Lisboa: Climepsi Editores.
- CAPUCHA, L. (1998), *Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário*, in INCM. *Pobreza e Exclusão: Horizontes de Intervenção*. Debate promovido pelo Presidente da República durante a deslocação a projectos de luta contra a pobreza, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CARMO, H. & FERREIRA, M. (2008), *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.
- CARMO, M. (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- CARMO, H. & FERREIRA, M. (1998), *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (CNIS) (2012), *Cantinas Sociais – Contributo para a avaliação* [em linha]. [Acesso em 5 outubro 2014], Disponível em http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_news&id=370
- CONTI, I. (2009), *Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas*, Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE.
- COSTA, A. (2008), *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Edições Gradiva: Lisboa.
- COSTA, A. (2004), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Edição Gradiva.
- COSTA, A. (1998), *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, Coleção Fundação Mário Soares, Lisboa: Edição Gradiva.
- COSTA, A. (1984), *Conceito de Pobreza – Estudos de economia*, vol. IV, pp.275-294.
- DUARTE V. (2004), *Acção Social da Igreja de Braga. Diagnóstico*, Braga, Diário do Minho.
- ENES, C. (2013), *Análise de Custos e Estudo de Economias de Escala na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos* [em linha], Dissertação de Mestrado em Economia Industrial e da Empresa, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, pp. 10-17, Outubro, Braga. [Acesso em 16 dezembro 2014], Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27667/1/Cristiana%20Marlene%20Cardoso%20Enes.pdf>
- EUROSTAT (2014), *Europe 2020 indicators - Poverty and Social Exclusion* [em linha]. [Acesso em 13 abril 2015], Disponível em http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/Europe_2020_indicators-poverty_and_social_exclusion

- FERREIRA, C. (1996), *Pobreza e Cidadania e desqualificação social: notas de reflexão teórica*, Interacções, nº 3.
- GIDDENS, A. (2002), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa: Editorial Presença.
- GHIGLIONE R. & MATALON B. (1997), *O inquérito: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora, pp.55-57.
- GIL, A. C. (1999), *Métodos e técnicas de pesquisa social*, São Paulo: Atlas.
- HAGUETTE, T. (1987), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Pretrópolis: Vozes.
- HARDT, M. & A. NEGRI (2003), *Império*, Rio de Janeiro: Record.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2014), *Rendimento e condições de vida – 2013* [em linha]. [Acesso em 20 março 2015], Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011), *Censos 2011* [em linha]. [Acesso em 16 fevereiro 2015], Disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao
- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2013), *Protocolo de colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde*, setembro, Braga.

- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2012), *Protocolo de colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre o Instituto da Segurança Social, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde*, abril, Braga.
- KRUGMAN, P. (2009), *A Crise de 2008 e a Economia da Depressão*, Campus.
- LAKATOS, E.& MARCONI, M. (1996), *Técnicas de Pesquisa*, São Paulo: Atlas.
- MAPAS DE PORTUGAL, *Mapa de Distritos de Portugal* [em linha]. [Acesso em 4 fevereiro 2015], Disponível em http://www.mapas-portugal.com/Mapa_Distritos_Portugal.htm
- NORTE 2020 (2014), *Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020* [em linha], [Acesso em 29 março 2015], Disponível em https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/TEXTOS%20INTEGRAIS%20DOS%20PO/PO_Norte_15Dez14.pdf
- ONU (2014), *The Millennium Development Goals Report* [em linha], United Nations, New York. [Acesso em 30 março 2015], Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/2014%20MDG%20report/MDG%202014%20English%20web.pdf>
- OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES (2010), *Rendimentos e Pobreza - Coeficiente de Gini: Portugal entre os países da UE mais desiguais na distribuição do rendimento* [em linha]. [Acesso em 10 abril 2015], Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=215&lang=pt>

- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (2014), *Society at a Glance 2014: OECD Social Indicators* [em linha], OECD Publishing, pp. 5-143. [Acesso em 17 março 2015], Disponível em <http://www.oecd.org/els/soc/OECD2014-SocietyAtAGlance2014.pdf>
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (2002), *Overview: Society at a Glance - OCDE Social Indicators* [em linha], OECD Publishing, pp. 2-16. [Acesso em 17 março 2015], Disponível em <http://www.oecd.org/social/soc/1875531.pdf>
- OLIVEIRA, C. (2001), *Pobreza e Exclusão Social*, in *Dirigir revista para chefias e quadros*, Instituto do emprego e formação profissional, Jul. Ago – Bimestral.
- PARDAL, L. & CORREIA, E. (1995), *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores.
- PEIRISTA, H. & PIMENTA, M. (1994), *A Pobreza Urbana – algumas situações tipo*, *Mediterrâneo*, 4, pp. 33-52.
- PFEFFERKORN, R. & BIHR, A. (2008), *Le Système des Inégalités*, Paris, La Découverte.
- POLIT, D, F. & HUNGLER, B, P. (1995), *Fundamentos de pesquisa em enfermagem*, 3^a ed., Mexico: MacGraw-Hill.
- PORTELA, F. (1998), *Depoimento*, in J. M. Pinto, & A. Dornelas, (Coord.) *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*, Coimbra: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 151-152.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Trajectos, Gradiva – Publicações, Lda.

- RODRIGUES, F.; CONSTANTIN, T.; HOVEN, V. D. R. & NUNES, H. (2003), *Perspectivas Europeias sobre Pobreza*, in Wolf Bloemers e Fritz-Helmut Wisch (ed), *European Perspectives on Poverty and Poor People. Pobreza e Perspectivas Europeias*, *European Social Inclusion*, nº 14, Frankfurt, Peter Lang, pp. 151-220.
- ROLO, J. (2010), *Labirintos da Crise Financeira Internacional*, Cosmos.
- SÁ, I.; LOPES, M. (2008), *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*, Coimbra: Imprensa da Universidade, ed. 1, 1 vol..
- SÁ, I. (2001), *Misericórdias*, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, ed. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 200-203.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE (2015), *Plano de Actividades e Orçamento*, Vila Verde.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE (2014), *Relatório do Plano de Emergência Alimentar – Cantina Social*, janeiro, Vila Verde.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE (2014), *Plano de Actividades e Orçamento*, Vila Verde.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE (2013), *Relatório do Plano de Emergência Alimentar – Cantina Social*, janeiro, Vila Verde.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE (2012), *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde*, Vila Verde.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE (2012), *Revista Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde*, coord. Salvador António Meireles de Sousa, Vila Verde: Edição Terraimagem, outubro.

- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VERDE - *Revista Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde 60 anos*. Vila Verde: Edição Terraimagem, junho, 2004.
- SCHIEFER, U. TEIXEIRA, P, J. & MONTEIRO, S. (2006), *Método Aplicado de Planeamento e Avaliação – Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos*, Cascais: Principia.
- SEGURANÇA SOCIAL (2013), *Família e Comunidade – Cantina Social* [em linha]. [Acesso em 15 setembro 2014], Disponível em <http://www4.seg-social.pt/familia-e-comunidade>
- SENRA, J. (2014), *O turismo fluvial como vetor de desenvolvimento turístico do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade* [em linha], Dissertação de Mestrado em Economia Social, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Abril, Braga, pp. 20-24. [Acesso em 29 dezembro 2014], Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30550/1/Jos%C3%A9%20Nuno%20Torres%20Senra.pdf>
- SIMÕES, A. (2006), *Como realizar uma entrevista*, Folhas do Alcino. Ideias.
- SOLIGO, V. (2012), *Indicadores: Conceito e Complexidade do Mensurar em Estudos de Fenómenos Sociais*. Est. Aval. Educ., v. 23, n. 52, Maio/Agosto, São Paulo, pp. 12-25.
- TEIXEIRA, J; TRUNINGER, M.; HORTA, A.; ALEXANDRE, S.; SILVA, V. A. (2012), *Alimentação, austeridade e criatividade: consumo e cidadania nas cantinas escolares*, Actas do VII Congresso Português de Sociologia, 19-22 de junho, Porto.
- TRUNINGER, M; TEIXEIRA, J. (2013), *Consumo alimentar e pobreza em Portugal no contexto pós-crise 2008*, Plataforma Barometro Social, 5ª série, Lisboa.

- UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS, *Misericórdias Nacionais* [em linha]. [Acesso em 5 outubro 2014], Disponível em <http://www.ump.pt/nacionais.html>
- UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS (2012), *Programa de Emergência Alimentar – Circular N°12*, Lisboa.
- VIII CONGRESSO NACIONAL DAS MISERICÓRDIAS (2008), *Modernidade e boas práticas: actas*. [org.] Secretariado Nacional da União das Misericórdias; coord. Bernardo Reis. Braga: S.N.U.M..
- XIBERRAS, M. (1993), *As teorias da exclusão – para uma construção do imaginário do desvio*, Coleção Epistemologia e Sociedade, Lisboa: Instituto Jean Piaget.

Legislação consultada:

- Decreto / Lei nº 119/83. D.R. nº 46, Série I de 25-02-1983
- Decreto / Lei nº 64-A/2011 de 30 de Dezembro

Webgrafia:

- <http://www.cnis.pt/>
- <http://www.correiodominho.com>
- <http://ec.europa.eu/eurostat>
- <http://www.ine.pt/>
- <http://www.mapas-portugal.com>
- <http://norte2020.pt>
- <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>
- <https://www.portugal2020.pt>

- <http://www.seg-social.pt>
- <http://www.ump.pt>
- <http://www.un.org/>

ANEXOS

ANEXO I – Cláusulas presentes no Protocolo de Colaboração no âmbito da convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar

Cláusula I (Âmbito)

1. As actividades desenvolvidas pela Instituição integram a Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, para o designado Programa de Emergência Alimentar (PEA), que pressupõe a confeção e disponibilização de refeições, para consumo no domicílio ou em espaços próprios, desde que devidamente embaladas e acondicionadas.
2. Neste âmbito, a confeção e disponibilização de refeições, pressupõem uma estrutura já existente e em funcionamento para outra(s) resposta(s) social(ais), que não recorria, nem recorre à prestação de serviços, do que é designado por «*catering*».

Cláusula II (Funcionamento)

1. O pressuposto base do PEA, é garantir às pessoas e/ou famílias, o acesso às refeições, independentemente, do seu consumo ser efectuado no domicílio, ou em meio institucional.
2. Contudo, a regra será a disponibilização das refeições, para consumo no domicílio das pessoas e/ou famílias.
3. Exceccionalmente, será possível o consumo de refeições e permanência em institucional, se este dispuser do que é designado por resposta aberta – como por exemplo, cento comunitários, centro de convívio, centro de alojamento temporário e comunidade de inserção, entre outros.

4. Nestes casos, se a Instituição já disponibiliza um serviço de alimentação/refeição, sem recorrer a «*catering*», o PEA constituirá um acréscimo ao já existente.

Cláusula III

(Capacidade e número de utentes abrangidos)

1. A Instituição disponibilizará no equipamento (Nome da Instituição), (Número) refeições diárias, destinadas, preferencialmente, a consumo externo durante 7 (sete) dias por semana.
2. A Instituição poderá desenvolver o PEA em mais do que um equipamento, desde que o solicite de forma fundamentada ao CDist. competente do ISS, I.P. e tal se justifique face ao contexto social e dispersão geográfica, do território onde se encontra inserida, celebrando para o efeito o respetivo protocolo de cooperação relativo a cada um dos mesmos.

Cláusula IV

(Obrigações Gerais)

As entidades outorgantes da presente convenção obrigam-se a cooperar ativamente na otimização do PEA, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento da intervenção dos recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos;
- c) Providenciar pelo acompanhamento e avaliação sistemática das actividades em causa;
- d) Promover, em cooperação a valorização das competências de todas as partes envolvidas no desenvolvimento do PEA.

Cláusula V
(Obrigações da Instituição)

A Instituição obriga-se a:

- a) Garantir o bom funcionamento do PEA, assegurar o bem-estar, segurança e confidencialidade dos seus utilizadores e o respeito pela sua individualidade;
- b) Disponibilizar as refeições nos termos da presente;
- c) Planificar as actividades a desenvolver no PEA e logo que for possível, dispor de um Regulamento Interno para o seu funcionamento;
- d) Fornecer mensalmente ao ISS, I.P, informações e outros dados, designadamente de natureza estatística, de acordo com modelo próprio, oportunamente divulgado para o efeito;
- e) Assegurar que as refeições distribuídas ao abrigo e nos termos da presente convenção, não sejam vendidas, trocadas por dinheiro, ou utilizadas como forma de pagamento para outras pessoas não beneficiárias da mesma;
- f) Assegurar que as refeições não são utilizadas para consumo interno das instituições;
- g) Colaborar com o ISS, I.P, outras instituições e/ou organismos, tendo em vista o desenvolvimento de actividades de interesse comum e ao melhor aproveitamento do PEA;
- h) Avaliar o funcionamento do PEA no final do ano (ano corrente da celebração do Protocolo), sem prejuízo de serem efetuadas avaliações sistemáticas do desenvolvimento das suas actividades.

Cláusula VI
(Obrigações do ISS, I.P)

O ISS, I.P, obriga-se a:

- a) Colaborar com a Instituição, garantido-lhe o apoio nos aspetos ligados ao funcionamento do PEA, bom como no domínio da gestão do mesmo;
- b) Assegurar o pagamento mensal do número de refeições do PEA, contratualizadas coma Instituição nos termos previstos na presente convenção;

- c) Acompanhar e avaliar o funcionamento do PEA, a qualidade dos serviços e sentido social revelados pela Instituição, com vista à eventual adequação do mesmo e/ou uniformização de procedimentos e outros instrumentos de apoio, no que diz respeito ao número de refeições convencionadas;
- d) Proceder à avaliação global do desempenho da Instituição com antecedência de noventa dias da data do termo do protocolo;
- e) Emitir parecer devidamente fundamentado, sobre a avaliação a que se refere a alínea anterior, tendo em vista a renovação do protocolo.

Cláusula VII (Recursos Humanos)

Os recursos humanos afetos ao PEA serão os já disponíveis na Instituição para outra(s) resposta(s) social(ais), de acordo com o princípio subjacente à criação da Rede Solidária de Cantinas Sociais.

Cláusula VIII (Comparticipação Financeira do ISS, I.P)

1. Sem prejuízo do previsto nos números seguintes, caberá ao ISS, I.P, designadamente através dos seus Centros Distritais, em articulação com as estruturas descentralizadas das entidades representativas das Instituições, definir quais os concelhos prioritários e contratualizar com cada Instituição o número de refeições a participar, variando a distribuição dessa participação em função dos indicadores de risco de carência alimentar.
2. A participação financeira do ISS, I.P, para o ano (ano corrente da celebração do Protocolo) no que concerne ao funcionamento do PEA, como valor referencial por refeição, responderá ao montante unitário de 2 euros e cinquenta cêntimos (2,50€).
3. Em regra o acesso ao PEA será gratuito, contudo, a Instituição poderá cobrar até um euro (1€) por refeição, consoante o(s) rendimento(s) da(s) pessoa(s) e/ou família(s) após avaliar a respetiva capacidade financeira para tal.

Cláusula IX
(Condições de Acesso)

1. Embora a seleção da(s) pessoa(s) e/ou família(s) para o PEA seja realizada pela Instituição, esta deverá ter especial atenção aos idosos com baixos rendimentos, famílias expostas ao fenómeno do desemprego, famílias com filhos a cargo, pessoas com deficiências e pessoas com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho.
2. A Instituição no decorrer de seleção deverá igualmente considerar:
 - a) Situações já sob apoio social, desde que o apoio atribuído não seja no âmbito alimentar;
 - b) Situações recentes de desemprego múltiplo e com despesas fixas com filhos;
 - c) Famílias/ indivíduos, com baixos salários e encargos habitacionais fixos;
 - d) Famílias/ indivíduos, com doença crónica, baixo rendimento e encargos habitacionais fixos;
 - e) Famílias/ indivíduos, com reformas/pensões ou outro tipo de subsídios sociais baixos;
 - f) Famílias monoparentais com salários reduzidos, encargos habitacionais fixos e despesas fixas com filhos;
 - g) Situações de emergência temporária, tais como incêndio, despejo ou doença, entre outras.
3. Não podem beneficiar do PEA a(s) pessoa(s) e/ou família(s):
 - a) Que sendo já utente(s) da instrução, beneficie(m) de alimentação e/ou refeições, por via da frequência de qualquer outra resposta social em que se encontra(m) inscrito(s);
 - b) Que seja(m) já apoiada(s) por qualquer outra via ao nível de alimentação (como por exemplo: banco alimentar, cantina social, distribuição direta de alimentos a sem abrigo, entre outras).

4. Em todos os casos a Instituição deverá aferir da condição sociofamiliar do(s) utente(s)/família(s) e da situação de carência, bem como organizar informação relevante que permita proceder à caracterização dos mesmos.

Cláusula X
(Suspensão)

1. Em situação de incumprimento das obrigações atrás elencadas e/ou de legislação/normativos em vigor aplicáveis que o justifiquem, o ISS, I.P, poderá proceder à suspensão da presente convenção e do conseqüente pagamento das participações financeiras adstritas, até que seja previsível a normalização do funcionamento das atividades inerentes e sempre que o interesse social na concessão das mesmas assim o aconselhar.
2. A suspensão no número anterior, será efetuada em conformidade com o disposto no Código de Procedimento Administrativo.

Cláusula XI
(Cessação)

A cessação da presente convenção ocorrerá por:

- a) Caducidade pelo decurso do seu prazo, ou caso se verifique a impossibilidade definitiva do funcionamento das atividades do seu objeto, nomeadamente, por extinção do PEA.
- b) Resolução, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, nos casos de violação grave e reiterada dos deveres contratualmente assumidos e das disposições legais aplicáveis.

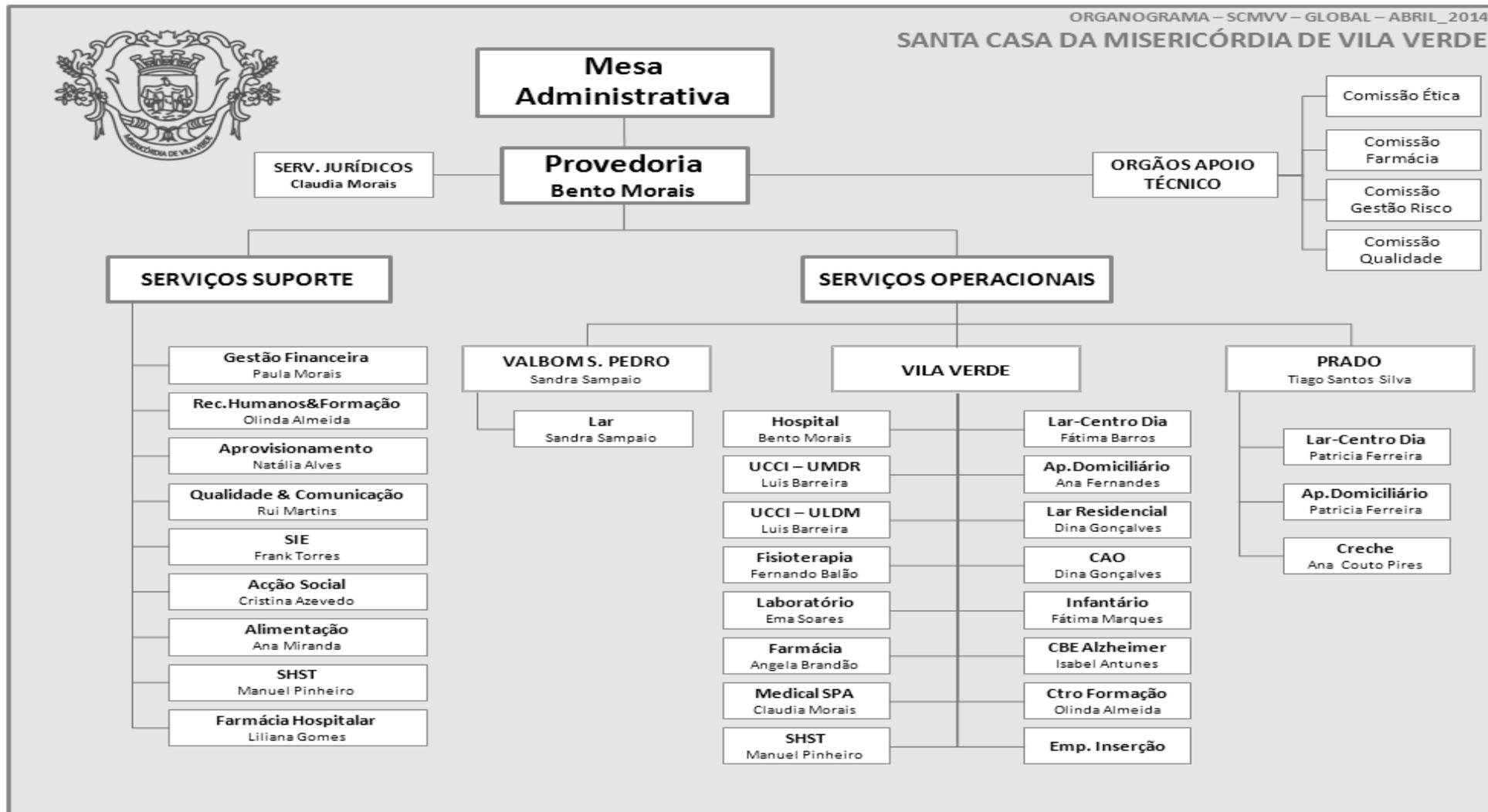
Cláusula XII
(Legislação aplicável)

Nos casos omissos aplicar-se-á a legislação e demais instrumentos em vigor, no âmbito da cooperação e do direito administrativo.

Cláusula XIII
(Produção de efeitos)

O presente protocolo produz efeitos (dia/mês/ano) e término a (dia/mês/ano), ficando a sua renovação, por igual período, dependendo dos resultados da avaliação a efetuar pelo ISS, I.P, nos termos dispostos na cláusula VI.

ANEXO II - Organograma da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde



Fonte: SCMVV (2014)

ANEXO III - Inquérito aplicado às Santas Casas da Misericórdia



PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR REDE SOLIDÁRIA DE CANTINAS SOCIAIS INQUÉRITO

1. Distrito:
2. Nome da Instituição:
3. Condições de desenvolvimento da Cantina Social
- 3.1 A Cantina Social abrange uma área essencialmente:
- Urbana
 - Rural
- 3.2 As refeições servidas são confeccionadas pela própria Instituição
- 2012
- Sim Não
 - Se não, qual ou quais as condições
- 2013
- Sim Não
 - Se não, qual ou quais as condições
- 3.3 As refeições são disponibilizadas para consumo no domicílio
- 2012
- Sim Não
 - Se não, qual ou quais as condições
- 2013
- Sim Não
 - Se não, qual ou quais as condições
- 3.4 N.º de refeições contratualizadas
- 2012 2013
- 3.5 O n.º de refeições contratualizadas é suficiente, face à procura
- 2012
- Sim Não
 - Se não, tem lista de espera? Sim Não
- 2013
- Sim
 - Se não, tem lista de espera? Sim Não
- 3.6 A Cláusula IX do protocolo que celebrou define as condições de acesso das pessoas e famílias. Parece-lhe que estão abrangidas todas as situações que necessitam de apoio alimentar?
- Sim Não
 - Se não, que outras situações sugere

4. Relacionamento com os serviços da Segurança Social

4.1 Na sinalização dos utentes

- A Instituição participa na análise da situação sócio familiar? Sim Não
- As situações sinalizadas pela Instituição são consideradas? Sim Não

4.2 No pagamento das refeições

- Atualmente há exigências diferentes das existentes para as outras respostas sociais?

Sim Não

- Se sim, quais?

- O pagamento está em dia?

2012 Sim Não

2013 Sim Não

4.3 Outros

5. Como avalia o impacto desta resposta social

6. Sugestões de melhoria para o futuro desta intervenção social

Obrigada pela sua colaboração!

ANEXO IV – Autorização por parte da CNIS para a aplicação do modelo do inquérito por questionário

Ana Fernandes <anaisabelferreira@gmail.com>

Cantinas Sociais - Apuramento global
1 mensagem

CNIS <cnis.porto@mail.telepac.pt>
Para: anaisabelferreira@gmail.com

9 de maio de 2014 16:18

Exma. Senhora

Drª Ana Fernandes,

A pedido do Sr. Dr. João Dias remeto em anexo, de acordo com o combinado, o documento "Apuramento global" que resultou do questionário no âmbito do Programa de Emergência Alimentar.

Mais me solicita que lhe transmita a autorização da CNIS para aplicar o modelo deste questionário.

Sem outro assunto, de momento, apresento os melhores cumprimentos.

Pel'O Departamento Administrativo
Mª Emília Fontes

CNIS-Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
Rua Júlio Dinis, 931 - 3º Esq. | 4050-327 PORTO
Tel. 22 606 86 14 Fax. 22 600 17 74
cnis.porto@mail.telepac.pt
www.cnis.pt

 **Apuramento global.docx**
242K

ANEXO V – Exemplar de carta enviada às Santas Casas da Misericórdia

Ana Fernandes
Rua Dr. Bernardo Brito Ferreira, 77 – 4730-716 Vila Verde
anafernandes.scmvv@gmail.com
964876074

Vila Verde, 28 de Novembro de 2014

ASSUNTO: Aplicação de questionário no âmbito de um Mestrado em Economia Social, aprovado pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Exmo (a.) Sr (a). Provedor (a) (Nome da Instituição)

O meu nome é Ana Fernandes, sou licenciada em Serviço Social e encontro-me a realizar uma investigação, no âmbito de um Mestrado em Economia Social, aprovado pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, cujo tema é *“As Cantinas Sociais da Santa Casa da Misericórdia no âmbito do Programa de Emergência Alimentar – o estudo de caso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde”*.

Um dos objectivos principais deste estudo é avaliar a participação da Santa Casa da Misericórdia na concretização do Programa de Emergência Alimentar (em particular no que se refere às Santas Casas da Misericórdia dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real), inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais. Deste modo, a metodologia proposta possibilitou alargar a análise dos resultados da resposta social de 2012 a 2013 em Portugal, pretendendo ser um contributo inovador na valorização do papel das cantinas sociais.

Nesse sentido, e para levar a cabo a consecução do objectivo acima enunciado a sua colaboração é muito importante, pelo que desde já a agradeço. Solicito que colabore nesta investigação mediante resposta individual ao questionário que lhe foi enviado via email. As suas respostas serão estritamente confidenciais e muito importantes para um adequado diagnóstico da situação. O questionário pode ser respondido até ao próximo dia 15 de dezembro, e em circunstâncias normais, não demorará mais do que 10 a 15 minutos a completar.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os melhores cumprimentos,

Ana Isabel Ferreira Fernandes

ANEXO VI – Número de Santas Casas da Misericórdia dos distritos que participaram no estudo com cantina social

Região	Distrito	Nº de SCM por distrito³²	Nº de SCM com cantina social (Dez. 2012)³³	Nº de SCM com cantina social (Dez. 2013)
Norte	Viana do Castelo	10	8	9
	Braga	15	15	14
	Porto	21	14	13
	Vila Real	14	11	12
	Bragança	14	11	12
Total		74	59	60

Fonte: Elaboração própria

³² Fonte: União das Misericórdias Portuguesas - <http://www.ump.pt/nacionais.html> (Acedido em outubro de 2014)

³³ Fonte: CNIS – http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_news&id=370 (Acedido em outubro 2014)

ANEXO VII - Listagem das Santas Casas da Misericórdia inquiridas

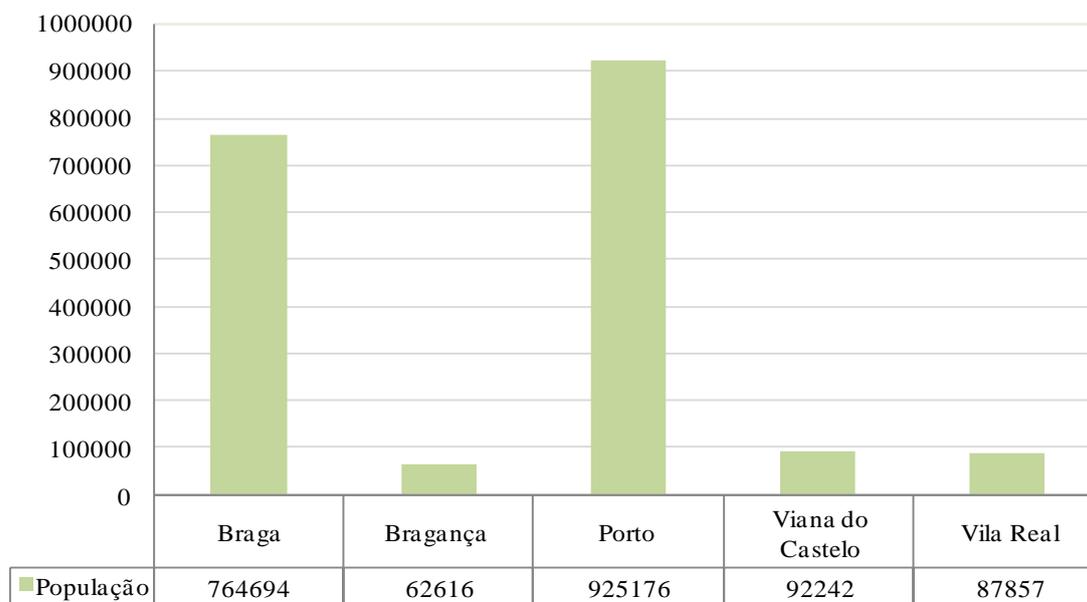
Região	Distrito	Concelho	SCM inquiridas
Norte	Braga	Amares	Santa Casa da Misericórdia de Amares
		Barcelos	Santa Casa da Misericórdia de Barcelos
		Braga	Santa Casa da Misericórdia de Braga
		Fafe	Santa Casa da Misericórdia de Fafe
		Famalicão	Santa Casa da Misericórdia de Famalicão
		Guimarães	Santa Casa da Misericórdia de Guimarães
		Cabeceiras de Basto	Santa Casa da Misericórdia de S. Miguel de Refojos
		Vila Verde	Santa Casa da Misericórdia de Vila Verde
		Vieira do Minho	Santa Casa da Misericórdia de Vieira do Minho
		Vizela	Santa Casa da Misericórdia de Vizela
	Bragança	Carrezeda de Ansiães	Santa Casa da Misericórdia de Carrezeda de Ansiães
		Freixo de Espada à Cinta	Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta
		Miranda do Douro	Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro
		Mogadouro	Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro
		Moncorvo	Santa Casa da Misericórdia de Moncorvo
		Macedo de Cavaleiros	Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros
		Vila Flor	Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor
		Vinhais	Santa Casa da Misericórdia de Vinhais
	Porto	Amarante	Santa Casa da Misericórdia de Amarante
		Baião	Santa Casa da Misericórdia de Baião
		Maia	Santa Casa da Misericórdia da Maia
		Marco de Canavezes	Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canavezes
		Paços de Ferreira	Santa Casa da Misericórdia de Paços de Ferreira
		Porto	Santa Casa da Misericórdia do Porto
		Póvoa de Varzim	Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim
		Vila Nova de Gaia	Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia
	Viana do Castelo	Arcos de Valdevez	Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez
		Caminha	Santa Casa da Misericórdia de Caminha
		Melgaço	Santa Casa da Misericórdia de Melgaço
		Ponte de Lima	Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima

Região	Distrito	Concelho	SCM inquiridas
Norte	Vila Real	Boticas	Santa Casa da Misericórdia de Boticas
		Chaves	Santa Casa da Misericórdia de Chaves
		Mondim de Basto	Santa Casa da Misericórdia de Mondim de Basto
		Montalegre	Santa Casa da Misericórdia de Montalegre
		Murça	Santa Casa da Misericórdia de Murça
		Valpaços	Santa Casa da Misericórdia de Valpaços

Fonte: Elaboração própria

ANEXO VIII – Número de população residente por distrito

Gráfico 14 – Número de população residente por distrito, em relação aos concelhos abrangidos pelas SCM

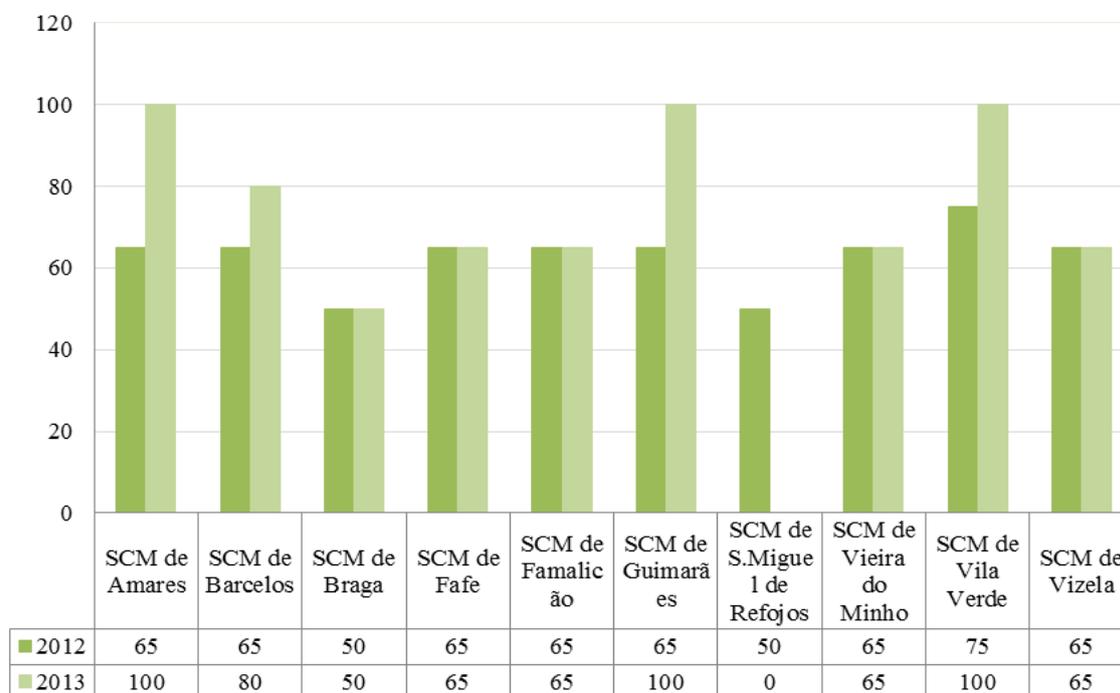


Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos 2011 (INE:2011³⁴)

³⁴ http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao – acedido em fevereiro 2015

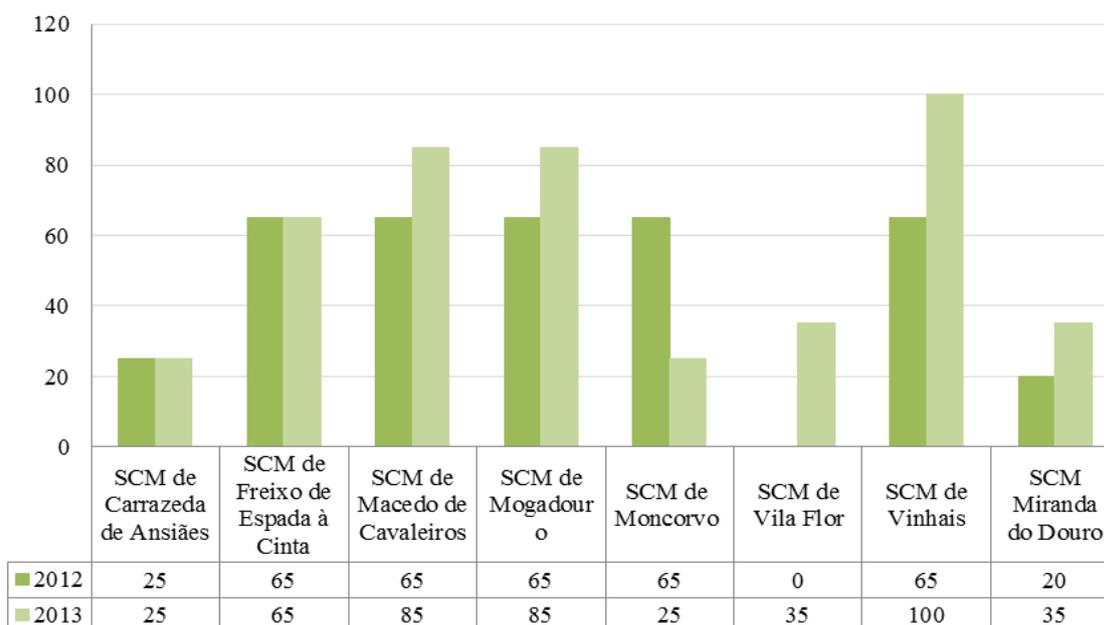
ANEXO IX - Evolução do número de refeições

Gráfico 15 – Evolução do número de refeições no distrito de Braga (2012/2013)



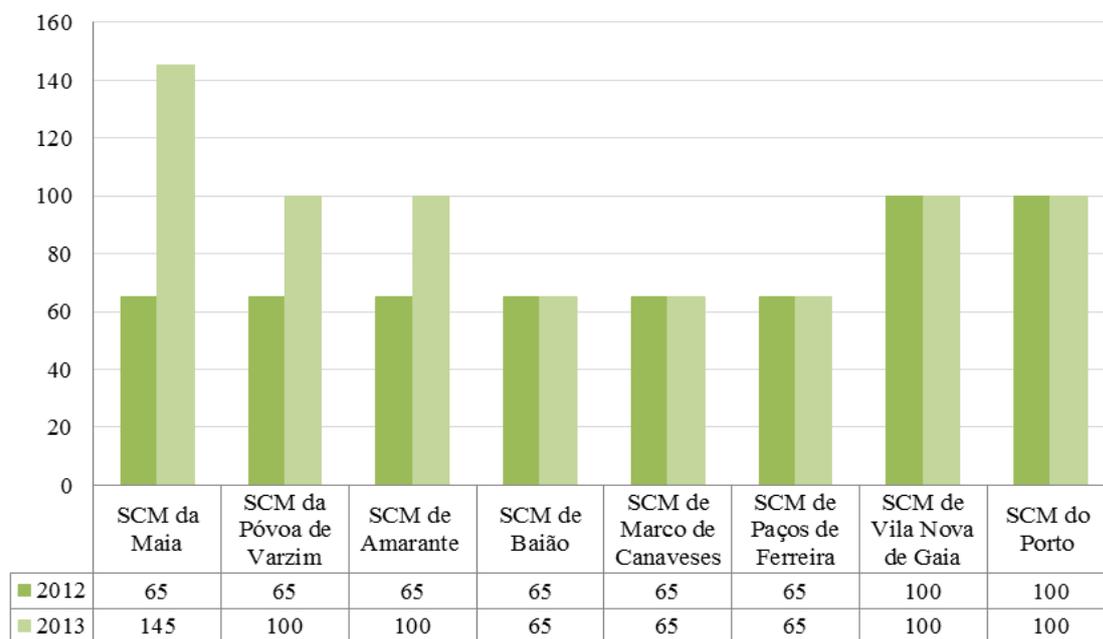
Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

Gráfico 16 – Evolução do número de refeições no distrito de Bragança (2012/2013)



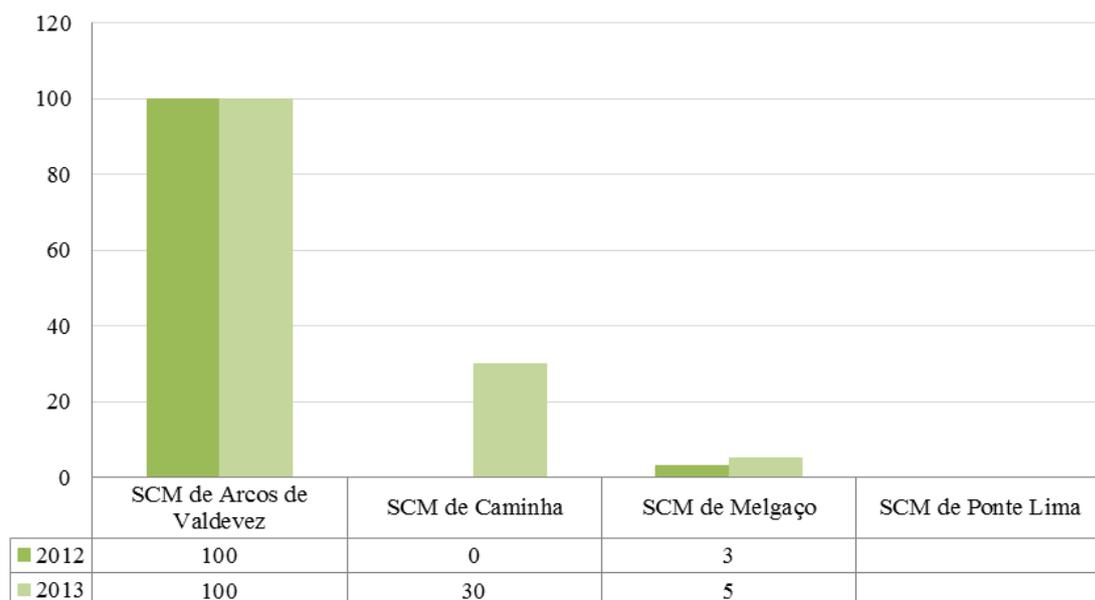
Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

Gráfico 17 – Evolução do número de refeições no distrito do Porto (2012/2013)



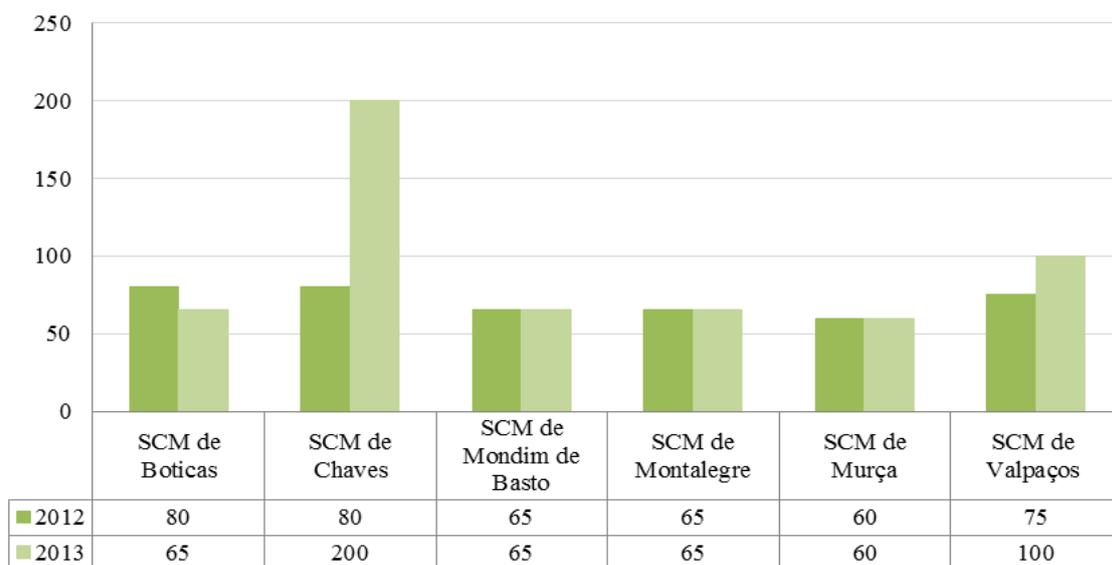
Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

Gráfico 18 – Evolução do número de refeições no distrito de Viana do Castelo (2012/2013)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado

Gráfico 19 – Evolução do número de refeições no distrito de Vila Real (2012/2013)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos do inquérito aplicado